

01. Contexto Operacional

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais, denominada “COPASA MG”, “COPASA”, “Controladora” ou “Companhia”, com sede na cidade de Belo Horizonte, à Rua Mar de Espanha, 525, Bairro Santo Antônio, é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais (EMG). Seu objetivo é planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, administrar e explorar serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, podendo atuar no Brasil e no exterior.

A COPASA MG possui 100% de participação societária na subsidiária COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A (“COPANOR”, “Subsidiária”, “Controlada”), criada pela Lei Estadual nº 16.698, de 17 de abril de 2007, com o objetivo de: planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; coleta, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.

Impactos do COVID-19 nas condições financeiras e patrimoniais da Companhia

A COPASA MG, desde o início da pandemia, vem praticando uma série de ações com base nas recomendações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial de Saúde com o objetivo de preservar a integridade e saúde dos seus colaboradores, bem como adotando medidas no âmbito comercial e outras ações preventivas para minimizar os impactos da pandemia aos clientes.

As Agências de Atendimento da COPASA MG passaram a adotar o atendimento presencial com agendamento prévio, garantindo maior comodidade e segurança para funcionários e clientes. A empresa ampliou os serviços disponibilizados no site da empresa - Agência Virtual, e aumentou a capacidade de atendimento do Call Center em 25%. No ano de 2021, foram disponibilizados dois novos canais de relacionamento com o cliente, o Chatbot e o Whatsapp, e no Call Center, foi estruturado a automatização de serviços. Tais ações foram determinantes para permitir a continuidade da prestação dos serviços e, além disso, possibilitaram a ampliação da capacidade de atendimento da Empresa, a melhoria da qualidade do relacionamento e a otimização do tempo da jornada do cliente.

Também reforçou os cuidados com os seus empregados, incluindo a ampliação do teletrabalho (home office) mantendo, contudo, um contingente presencial mínimo para a adequada prestação dos serviços à população.

Em relação aos clientes, para aqueles da categoria social, que respondem por cerca de 6% do faturamento da Companhia, as ações de cobrança permanecem suspensas. Além disso, foi ofertada a possibilidade de parcelamento das faturas atrasadas sem entrada e sem cobrança de juros e multas, podendo ser dividido em até 36 meses, medida em vigor até o dia 10 de julho de 2021, retomada entre os dias 26 de novembro a 31 de dezembro de 2021 na Campanha "Dias Azuis".

Não foram identificados impactos que requeressem ajustes sobre as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, de 31 de dezembro de 2021 no tocante à recuperabilidade de seus ativos, valor justo de instrumentos financeiros, provisões para demandas judiciais e reconhecimento da receita.

02. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

As demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidadas, aqui apresentadas sob os títulos de “Individual” ou “Controladora” e “Consolidado”, respectivamente, foram elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis -

CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, exceto pela não aplicação item 74 do Pronunciamento Técnico CPC 26 - “Apresentação das Demonstrações Contábeis” (CPC 26), como explicado a seguir.

A Companhia devido à falta de cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em determinados indicadores não financeiros (Ver Nota Explicativa 16.c), em função das recentes decisões em relação ao Processo Trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024, ajuizado em 2008 pelo principal sindicato dos empregados da Companhia (Ver Nota Explicativa 17.a.ii) e em atendimento ao item 74 do CPC 26 deveria reclassificar as suas dívidas do passivo não circulante para o passivo circulante. No entanto, considerando a obtenção do waver (perdão) junto aos credores (ver Nota Explicativa 36.2) e que essas dívidas da Companhia não se configuram como passivo exigível no curto prazo, a referida reclassificação conforme o item 74 do CPC 26 consistiria em grave distorção do Balanço Patrimonial da Companhia.

O item 19 do referido CPC 26 menciona também que se a Administração vier a concluir que a conformidade com um requisito de pronunciamento técnico, interpretação ou orientação do CPC conduziria a uma apresentação tão enganosa que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações financeiras estabelecido no CPC 00 – “Estrutura Conceitual para relatório financeiro” (CPC 00), a Companhia não deve aplicar esse requisito. A Administração entende que a referida reclassificação seria uma informação enganosa para os usuários das Demonstrações Financeiras, ferindo a finalidade de representação fidedigna dessas demonstrações, conforme previsto no CPC 00, e, desta forma não efetuou a referida reclassificação. Em atendimento ao item 20 do referido CPC 26, a Companhia informa que caso tivesse sido cumprido o requisito do item 74 do CPC 26, efetuando a referida reclassificação, o passivo circulante seria aumentado e o passivo não circulante reduzido em R\$1.933.212.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021, Individuais e Consolidadas, em 24 de março de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

03. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva, que também participa na tomada das decisões estratégicas, em conjunto com o Conselho de Administração. O Grupo possui três segmentos distintos, representados pelos segmentos de serviços de água e de esgoto em concessões públicas, prestados pela Controladora e sua subsidiária, além do segmento resíduos sólidos, no município de Varginha, iniciado no ano de 2017. As informações por segmentos são demonstradas na Nota Explicativa 22.

3.2 Base de consolidação

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

O controle sobre uma investida pode ser presumido quando a Companhia mantiver vinte por cento ou mais do poder de voto da investida. Nos demais casos, a existência de controle será determinada se houver influência significativa sobre a investida.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

3.2.1 Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.4 Instrumentos financeiros

3.4.1 Ativo financeiro

3.4.1.1 Reconhecimento inicial

O contas a receber de clientes e ativos financeiros de contratos de concessão são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo pelo Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

3.4.1.2 Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(a) Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem a política de aplicações financeiras e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas de forma a garantir liquidez, segurança e rentabilidade, respeitando as necessidades de fluxo de caixa da Companhia, a fim de garantir a sustentabilidade do negócio por meio da gestão eficiente e adequada do capital.

(b) Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(c) Desreconhecimento

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou na qual a Companhia não transfere e não mantém substancialmente todos os riscos e os direitos de receber fluxos de caixa.

3.4.2 Avaliação do valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Visando aprimoramento da metodologia utilizada para cálculo da perda esperada para o contas a receber de clientes, conforme CPC 48 a Companhia vem realizando estudos de forma a alinhar suas estimativas quanto à expectativa de perda esperada.

A partir do estudo, a perda esperada registrada contabilmente pela Companhia considera a análise dos saldos históricos dos recebimentos para um período de 12 a 36 meses, segregados conforme características de risco de crédito, e divididos em grupos de inadimplência conforme faixas de vencimento, visando determinar de forma mais acurada a taxa pela qual os devedores passam para uma categoria com maior risco de inadimplência ao longo do tempo. Isto permitiu incorporar informações sobre o prazo real de pagamentos das faturas e, determinar, a partir das contas a receber de clientes, as estimativas de perda esperada para cada categoria de inadimplência.

A Companhia revisitou os critérios da estimativa, segregando a base de dados por localização geográfica e categoria de clientes para determinar taxas de perda para cada grupo, com base em novas informações disponíveis e análise da dívida de seus clientes, e integrando projeções razoáveis e suportáveis das condições econômicas futuras.

Adicionalmente, a Companhia refinou, em suas análises, o cálculo do período de tempo adequado para efetuar a baixa contábil definitiva a resultado de seus recebíveis, após exauridos todos os esforços comerciais de cobrança. Este intervalo de tempo, anteriormente calculado em 180 dias após o vencimento, foi revisto, em dezembro de 2020, para 360 dias. Tal revisão levou em conta a análise do comportamento histórico de recuperabilidade e o efeito dos trâmites de cobrança finais realizados pela Companhia e por terceiros, a partir dos quais os esforços de cobrança não mais surtem efeitos significativos, e os valores não recuperados são considerados perdidos.

A Companhia vem analisando o comportamento de seus recebíveis, de forma que os valores provisionados reflitam as expectativas de perdas no contas a receber de clientes.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”. A Companhia considera que esta seja “BBB” - ou superior, conforme padrão divulgado pelas agências de *rating* de crédito *Fitch* e *S&P*.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando

ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas normalmente;
- probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira;
- desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com riscos insignificantes quanto à mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Aplicação financeira vinculada

Refere-se a recursos financeiros oriundos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), como incentivo, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES). Os recursos são liberados e depositados em conta específica vinculada e a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada desde que cumpridas as metas pactuadas. Tendo em vista cumprimento parcial das metas, esses recursos também são mantidos em seu passivo não circulante, em conta de obrigações diversas. A Companhia não reconhece perda por *impairment*, baseado no fato de que se houver uma obrigação de devolver os recursos há passivo correspondente registrado, conforme descrito na Nota Explicativa 8.

Ativos financeiros – Contratos de concessões

A Companhia não reconhece perda por *impairment* sobre os mesmos, tendo em vista que os contratos de concessão preveem que, quando de sua extinção, os bens construídos ou adquiridos pela COPASA MG reverterão ao município mediante indenização dos valores residuais dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados. Até a data do balanço não foram identificados eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

O concessionário reconhece um crédito a receber quando possui o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos realizados na construção ou melhoria da

infraestrutura utilizada na concessão desses serviços públicos que não serão recuperados via tarifa por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

A Companhia possui contratos de concessão pública que são firmados com os municípios e, de acordo com a Interpretação ICPC 01, representam um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação definida pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE-MG), pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão pela prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário. Em decorrência desse fato, a Companhia reconhece um ativo financeiro referente à parcela que excede o prazo dos contratos, com base na vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, até a data de término da concessão. O ativo financeiro foi mensurado pelo valor presente das indenizações, descontadas por uma taxa de desconto definida pela Companhia.

Esses ativos financeiros estão registrados inicialmente pelo valor justo (valor presente do direito, calculado com base no valor líquido dos investimentos que serão indenizados pelo poder concedente) e posteriormente ao custo amortizado.

Essas contas a receber são classificadas no longo prazo, considerando a expectativa de recebimento desses valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

3.4.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis a suas aquisições ou emissões e são classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(a) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, os valores são apresentados como passivo não circulante.

As obrigações são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(b) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do Balanço.

Na eventualidade de ocorrer quebra de acordo contratual (*covenants*) de um empréstimo de longo prazo (indicadores não financeiro, por exemplo) ao término ou antes do término da data do Balanço, a Companhia avalia a necessidade de reclassificação como circulante, considerando a obtenção do direito incondicional de diferir a sua liquidação durante pelo menos doze meses após essa data. Nesta avaliação considera-se

também, a necessidade de representação fidedigna quanto à essência requerida às Demonstrações Contábeis, bem como a finalidade de proporcionar informação fidedigna da posição patrimonial e financeira da Companhia.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que necessariamente demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo, quando for provável que resultarão em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.5 Estoques

Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgotamento sanitário. São demonstrados ao custo que é determinado pelo método de avaliação do custo médio. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando os materiais, exceto os estratégicos, atingem 365 dias sem movimentação. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

3.6 Ativo intangível

(a) Ativos diretamente ligados a concessões

O concessionário reconhece como um ativo intangível a parcela dos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão de serviços públicos, que serão recebidos via tarifa durante o período de concessão, sendo o seu valor amortizado pelo prazo da concessão, em linha com a Interpretação ICPC 01, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e em decorrência dos contratos de concessão firmados.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo. A Companhia utiliza o método linear que resulta em despesa constante durante todo o período.

O valor justo de construção, reforma e melhoria na infraestrutura é reconhecido como receita, pelo seu valor justo, quando a infraestrutura é construída, desde que se espere que este trabalho gere benefícios econômicos futuros, conforme Nota Explicativa 3.14.

(b) Direitos de uso

Direitos de uso referem-se, principalmente, a custos incorridos na renovação ou revisão de concessões e são decorrentes da assunção de compromissos de participar financeiramente de obras de tratamento de fundos de vales, a ser executadas pelas prefeituras, tais como canalização de córregos e avenidas sanitárias. A amortização se dá pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

(c) Licenças de *software*

As licenças de *software* adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para adquiri-las e fazer com que elas estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

3.7 Imobilizado

Os bens registrados no Imobilizado incluem aqueles que não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e as instalações administrativas da Companhia, bem como os sistemas produtores de água e de tratamento de esgotos compartilhados, uma vez que estes são considerados como ativos da Companhia, por não serem vinculados diretamente a uma concessão específica.

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso.

A depreciação é realizada pela vida útil estimada de cada bem, utilizando o método linear que resulta em despesa constante durante a vida útil do ativo. Anualmente, a Companhia avalia a necessidade de mudanças, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

	<u>Anos</u>
Edificações	25 a 40
Máquinas	10 a 15
Veículos	3 a 5
Móveis, utensílios e equipamentos	3 a 8

3.8 Perda do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação e/ou reversão de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda ou o seu valor em uso.

O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa – UGC a qual o ativo pertença. A utilização do modelo financeiro de fluxo de caixa descontado exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, as quais envolvem julgamentos sobre os resultados futuros do negócio.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em uma UGC, ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos 5 (cinco) anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada.

3.9 Provisões

As provisões tributárias e para demandas judiciais e ambientais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais. Por se tratarem de discussões legais, quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes dependem dos procedimentos judiciais.

As provisões são reconhecidas e atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas as políticas da Companhia, a natureza de cada ação e apoiadas na opinião de sua área jurídica que leva em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Julgamentos a respeito de eventos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem. Todos os valores reclassificados são submetidos à aprovação da diretoria executiva mensalmente, estabelecendo-se assim, políticas mais criteriosas para a constituição destas provisões.

As provisões para demandas judiciais são apresentadas nas demonstrações financeiras, líquida dos depósitos judiciais embasados no direito legal de compensação.

3.10 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

O valor de distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica “dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social.

A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, após o período contábil a que se referem as Demonstrações Financeiras, mas antes da data de autorização para a sua emissão, é registrada na rubrica “dividendo adicional proposto” no Patrimônio Líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado ou pago, o que ocorrer primeiro.

Os juros sobre capital próprio a pagar a acionistas são tratados como dividendos, debitados em lucros acumulados. Conforme determina a legislação fiscal, os juros a pagar a acionistas são calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 e registrados no resultado em despesas financeiras - maiores detalhes estão descritos na Nota Explicativa 21. Para fins de publicação das Demonstrações Financeiras, tais juros sobre o capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados a débito de lucros acumulados.

3.11 Tributação

(a) Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. Os impostos sobre renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto e na proporção em que

estiverem relacionados com itens relacionados à combinação de negócios ou a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Dado o amplo espectro de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, uma vez que exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos consideradas na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível de forma que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados considerando as alíquotas de tributos (e leis) vigentes na data do balanço e que se espera aplicar na data de realização do ativo ou liquidação do passivo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível de forma que, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

O imposto de renda diferido ativo e passivo são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. A realização de créditos de impostos diferidos está condicionada a eventos futuros que irão tornar as provisões que lhe deram origem dedutíveis nos termos da legislação fiscal em vigor.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, com base no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável do ativo de tributos diferidos.

(b) Tributos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos	Alíquota %
PIS/PASEP - Programa de integração social	1,65
COFINS - Contribuição para financiamento para seguridade social	7,60
ISSQN - Imposto sobre serviços de qualquer natureza (*)	Diversas

(*) Não incide sobre serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos.

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado, sendo o PIS/COFINS apurado pelo regime da não cumulatividade.

3.12 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora de três planos de Previdência Complementar: Plano RP1- Benefício Definido (BD), Plano Copasa Saldado (BD) e o Novo Plano Copasa - Contribuição Definida (CD). Geralmente, os planos são financiados por pagamentos a fundos fiduciários determinados por cálculos atuariais periódicos.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos referenciados é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor dos ativos do plano é mensurado com base no valor justo.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem de forma que o ativo ou passivo líquido do plano seja reconhecido no balanço patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

O valor atual dessas obrigações depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam determinadas premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de juros de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas poderão afetar o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de desconto que deveria ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos do governo.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa 20.

(b) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia registra provisões para reconhecer a despesa de participação dos empregados no resultado.

Em 2008, o Conselho de Administração aprovou o Regulamento do Programa de Participação dos Empregados nos Lucros da empresa, definindo os procedimentos para operacionalização.

O montante de PL a ser distribuído será aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, é equivalente a 25% dos dividendos mínimos obrigatórios pagos aos acionistas, correspondendo, portanto, a 6,25% do lucro líquido do exercício, depois de deduzida a reserva legal e a reserva de incentivos fiscais, sobre o qual serão aplicados parâmetros de desempenho institucional.

Anualmente, a parcela do lucro não distribuída aos empregados será transferida para o exercício seguinte, sendo adicionada na base de cálculo do valor a ser distribuído.

3.13 Capital social

Capital social é o valor integralizado ou a integralizar correspondente à coparticipação de um titular, sócio ou acionistas para o início ou manutenção da empresa.

Quando a Companhia compra ações do capital de sua emissão (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda) é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e líquido dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.14 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(a) Prestação de serviços

As receitas são reconhecidas num momento específico do tempo, conforme os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário são prestados por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços, na medida em que a obrigação de desempenho é cumprida. As receitas ainda não faturadas representam receitas auferidas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são registradas como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua competência.

A necessidade de estimativa da receita a faturar se baseia no fato de que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, que muitas vezes não coincide com os fechamentos mensais. Desta forma, a Companhia, considerando o montante envolvido, cria estimativas, que incluem informações como média de consumo obtida na última leitura dos hidrômetros a ser atribuída a cada consumidor para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil, observando o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua competência.

(b) Contratos de construção

Contrato de construção é um contrato especificamente negociado para a construção de um ativo ou de uma combinação de ativos que estejam diretamente inter-relacionados ou interdependentes em função da sua concepção, tecnologia e função ou do seu propósito ou uso final.

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), onde a receita é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custos incorridos.

A Companhia estima que a margem é zero, depois de considerar a Resolução nº 072/2015 da Agência Reguladora que definiu pelo não reconhecimento da margem de construção na indenização de ativos prevista nos contratos de Concessão e de Programa, pelos Municípios.

(c) Ativo de contrato

O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo, como por exemplo, o seu desempenho futuro.

Quando a Companhia conclui a *performance* por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, apresenta este direito como ativo de contrato.

Os contratos de concessão e contratos de programa de abastecimento de água e esgotamento sanitário preveem que parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo Poder Concedente ao final da concessão.

O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

3.15 Receita financeira

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

3.16 Arrendamentos

A Companhia considera se um contrato é ou contém um arrendamento, quando ele transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2) /IFRS 16.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos, incluindo equipamentos de tecnologia da informação. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

3.17 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício. Não foram adotadas pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras, entretanto não deverão ter impactos significativos nas suas políticas. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC25/IAS 37);

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alterações ao CPC 06/IFRS 16);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo como Circulantes ou Não Circulantes (alterações ao CPC26/IAS 1);
- IFRS 17 Contratos de Seguro e alterações à IFRS 17;
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12);
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

04. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e sua subsidiária fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão inseridas nas seguintes notas explicativas:

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (a) Consolidação - Nota explicativa 3.2: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida e determinação se a Companhia não tem influência significativa sobre a investida;
- (b) Reclassificação - Nota explicativa 3.4.3(b): determinação se a Companhia deve ou não reclassificar um passivo de não circulante para circulante;
- (c) Prazo do arrendamento - Nota explicativa 3.16: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (a) Reconhecimento de receita de construção – Nota explicativa 3.14(b): Estimativa da margem considerando a Resolução nº072/2015 da Agência Reguladora que definiu pelo não reconhecimento da margem de construção na indenização de ativos prevista nos contratos de Concessão, pelos Municípios.
- (b) Reconhecimento de receita não faturada – Nota explicativa 3.14(a): Estimativa baseada na média de consumo.
- (c) Provisão para perdas na realização de crédito – Nota explicativa 3.4.2(a): Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais.
- (d) Benefícios de planos de previdência complementar – Nota explicativa 3.12(a): Mensuração de obrigações de benefícios definidos: principais premissas atuariais; definição da taxa.
- (e) Impostos – Nota explicativa 3.11: Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

- (f) Perda do valor recuperável de ativos não financeiros - Nota explicativa 3.8: Definição das principais premissas em relação aos valores recuperáveis.
- (g) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais - Nota explicativa 3.9: Definição das principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- (h) Instrumentos financeiros mensurados a valor justo - Nota explicativa 3.4.1: Determinação do valor justo dos instrumentos patrimoniais.
- (i) Ativos financeiros e ativos intangíveis vinculados à concessão - Nota explicativa 3.4.2: Definição da taxa de desconto para ajuste a valor presente.

05. Contratos de Concessão de Serviços Públicos

A prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário se dá por meio de contratos de concessão e/ou os contratos de programa que são firmados com cada município, e normalmente têm a duração de 30 anos. Esses contratos são bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. A área de abrangência da Companhia é o Estado de Minas Gerais.

A Companhia e sua subsidiária COPANOR possuíam 640 Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços de abastecimento de água e 310 Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços de esgotamento sanitário em 31 de dezembro de 2021 (640 e 310, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, 10 concessões encontravam-se vencidas, representando 1,4% da receita total, cujos serviços continuam sendo prestados e faturados normalmente pela Companhia, atendendo ao princípio da continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais.

Os serviços são remunerados sobre a forma de tarifas. Conforme Lei Federal nº 11.445/2007, as revisões e/ou os reajustes das tarifas devem ser regulados, fiscalizados e autorizados por agência reguladora, no caso de Minas Gerais, a ARSAE-MG. O seu cálculo deve assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária e a preservação dos aspectos sociais dos serviços prestados.

O Reajuste Tarifário tem por objetivo compensar os efeitos inflacionários nos custos do prestador, em um determinado período. A Revisão Tarifária Periódica consiste na reavaliação das condições da prestação dos serviços e de mercado, com o estabelecimento de mecanismos tarifários de indução à eficiência e metas de expansão e qualidade dos serviços.

A ARSAE-MG divulgou em 28 de junho de 2021, a Resolução ARSAE-MG nº 154/2021, na qual autorizou a aplicação de novas tarifas, aos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário prestados, a partir de 01 de agosto de 2021. O efeito tarifário médio, aplicado sobre as tarifas vigentes é de - 1,52% (um inteiro e cinquenta e dois centésimos por cento negativos), por considerar também compensações relativas ao exercício anterior e outros componentes financeiros.

A ARSAE MG estabeleceu ainda a cobrança pelo serviço de esgotamento sanitário sem qualquer diferenciação tarifária em razão da existência ou não de tratamento de esgoto coletado para cada usuário.

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2021 o valor de R\$733.328 (R\$685.561 em 31 de dezembro de 2020) como contas a receber do poder concedente (municípios), referente ao recebimento esperado ao final das concessões por ativos não depreciados no período da concessão.

Contratos de concessão de serviços públicos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	685.561	648.892	709.052	651.069
Transferência de (para) o intangível	(54.069)	263	(58.986)	21.369
Capitalização	102.298	37.707	102.649	37.915
Baixas	(509)	(858)	(509)	(858)
Outros	47	(443)	47	(443)
Saldo final	733.328	685.561	752.253	709.052

O novo Marco Legal

Após a edição da Lei 14.026 em 15 de julho de 2020 e os consequentes vetos presidenciais – que levam à necessidade de ampla concorrência quando do vencimento dos contratos vigentes – finalmente em 17 de março de 2021 houve a votação final no Congresso, em que tais vetos foram mantidos. Isso levou, portanto, a uma abertura de mercado onde os contratos, à medida que encerrados, passam a ter que ser levados a licitação pelo Poder Concedente, não havendo mais a figura da renovação e/ou atribuição do serviço direta mediante contratos de programa, processo usual até então.

Além da inclusão do fator concorrencial, podemos dizer que outros principais pilares introduzidos pelo Novo Marco Legal foram:

- A instituição de metas para universalização do saneamento até 31 de dezembro de 2033;
- Nacionalização da Regulação – competência para a ANA instituir normas de referência;
- Prestação regionalizada dos serviços.

Deste modo, o início da vigência da Lei 14.026/2020 - acompanhada de seus respectivos decretos, normas e procedimentos - trouxe uma série de obrigações vinculadas ao atendimento da universalização do saneamento, sob índices específicos, com abertura de mercado e data final de 31 de dezembro de 2033 para todas as companhias de saneamento no país e seus respectivos contratos. Os trabalhos de atualização dos contratos para inserção das metas definidas pela Lei 14.026/2020 estão sendo executados, sendo que o prazo final definido pela própria legislação é 31 de março de 2022.

Atendimento ao Decreto 10.710/2021

A COPASA MG, para fazer frente aos estudos e planejamentos necessários ao atendimento das metas e condições impostas pela referida lei, mobilizou esforços e concluiu, em 31 de dezembro de 2021, o atendimento às condições definidas pelo Decreto 10.710/2021, o qual requeria a apresentação de comprovação de capacidade econômico-financeira da Companhia.

A Administração da Companhia afirma que o Marco Legal, embora traga naturalmente tanto oportunidades e desafios em nosso ponto de vista, não constitui fator de impacto relevante sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

06. Caixa e Equivalentes de Caixa

(a) Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Recursos em caixa e bancos	29.789	26.465	30.056	26.954
Certificados de depósitos bancários de curto prazo	1.249.680	759.912	1.279.665	778.665
Total	1.279.469	786.377	1.309.721	805.619

Os recursos próprios da Companhia provenientes de sua atividade são aplicados em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, títulos de renda fixa cuja remuneração é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 103,35% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (104,36% do CDI em 31 de dezembro de 2020). A variação apresentada no montante disponível deve-se basicamente à entrada de recursos provenientes da 16ª emissão de debêntures ocorrida em setembro de 2021.

O CDI em 31 de dezembro de 2021 era de 9,15% a.a. (1,90% a.a. em 31 de dezembro de 2020). A avaliação de risco deste instrumento financeiro está detalhada na Nota Explicativa 23.1(d)(ii).

A Companhia classificou suas aplicações financeiras como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato com prazo original de vencimento inferior a 90 dias e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Movimentação dos certificados de depósitos bancários de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Em 1º de janeiro	759.912	489.831	778.665	492.162
Novas aplicações	5.624.768	3.502.182	5.695.214	3.552.321
Rendimentos	47.839	23.212	49.279	23.572
Resgates	(5.182.839)	(3.255.313)	(5.243.493)	(3.289.390)
Em 31 de dezembro	1.249.680	759.912	1.279.665	778.665

07. Contas a Receber de Clientes

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Vencidos até 30 dias	213.006	218.124	215.626	220.591
Vencidos de 31 até 60 dias	92.251	98.077	93.549	99.399
Vencidos de 61 até 90 dias	55.783	58.077	56.952	58.910
Vencidos de 91 até 180 dias	97.620	123.590	99.337	125.262
Vencidos de 181 até 360 dias	136.266	60.970	136.315	61.646
Vencidos acima de 360 dias	8.464	21.788	8.469	21.799
Vencidos - total	603.390	580.626	610.248	587.607
A vencer	274.905	250.694	277.820	252.909
Faturados	878.295	831.320	888.068	840.516
A faturar	387.246	399.389	390.626	402.420
Contas a receber de clientes⁽¹⁾	1.265.541	1.230.709	1.278.694	1.242.936
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas do contas a receber de clientes	(239.177)	(195.999)	(241.146)	(197.495)
Contas a receber de clientes, líquidas	1.026.364	1.034.710	1.037.548	1.045.441
Contas a receber de clientes circulante	989.272	1.034.710	1.000.456	1.045.441
Contas a receber de clientes não circulante	37.092	-	37.092	-

⁽¹⁾ Contempla o contas a receber do acionista Estado de Minas Gerais, conforme detalhamento a seguir.

Detalhamento dos valores das Contas a receber junto ao Estado de Minas Gerais:

Valores	Controladora/Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Faturados	20.232	16.127
A faturar	10.248	8.216
Contas a receber do Estado de Minas Gerais⁽¹⁾	30.480	24.343

⁽¹⁾ Valores demonstrados também na Nota Explicativa 24 (a) que trata de Partes Relacionadas.

A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas do contas a receber de clientes da Companhia foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	195.999	43.720	197.495	43.732
Adição na provisão para perdas de crédito esperadas do contas a receber	221.416	369.880	226.153	374.482
Contas a receber de clientes baixadas no período como incobráveis	(178.238)	(217.601)	(182.502)	(220.719)
Saldo final	239.177	195.999	241.146	197.495

A provisão para perdas de crédito esperadas do valor recuperável de contas a receber foi registrada no resultado do período como despesas com vendas. Os valores debitados à conta de provisão são baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A Companhia adota como metodologia de contabilização da Provisão para Perdas de Crédito Esperadas - PCE, a matriz de provisão, contemplando uma avaliação retrospectiva e prospectiva, para verificar a necessidade de provisões adicionais, conforme Nota Explicativa 3.4.2.

Considerando a necessidade de revisão anual da referida matriz, no segundo trimestre de 2021, foi atualizada a base de cálculo de modo a contemplar os três últimos exercícios, ou seja, 2018 a 2020. Tal atualização gerou um aumento no valor das perdas de crédito esperadas e ficará em vigor até o final do primeiro trimestre de 2022.

A Companhia não reconhece provisão para perdas sobre débitos relativos ao Estado de Minas Gerais (EMG), acionista controlador, tendo em vista o histórico recente de renegociações, pagamentos recebidos, celebração de Acordo para equacionamento de dívida, bem como de Termos de compensação com dividendos e juros sobre capital próprio, além do histórico de adimplência observado. A Administração da Companhia avalia este assunto dependendo dos fatos e circunstâncias a cada data de reporte.

Para os créditos perante a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, o repasse dos 4% da arrecadação líquida ao Fundo Municipal de Saneamento, fica condicionado à quitação das faturas pela prefeitura cujos recursos também são destinados a esse fundo.

08. Cauções em Garantias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e Aplicação Financeira Vinculada

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Cauções em garantias de empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	65.853	199.974
Aplicação financeira vinculada (ii)	77.228	75.715

(i) Refere-se a depósito de valores monetários em fundos de investimentos, ora sob titularidade dos credores, que a Companhia constitui, no âmbito de seus contratos de financiamentos, empréstimos e debêntures. Também é dado em garantia cessão fiduciária de sua arrecadação que se caracteriza pela transferência aos credores da titularidade de parte de sua arrecadação, conforme tabela inserida na Nota Explicativa 23.1(e). Ambas as garantias ocorrem durante o prazo de vigência ou do período de carência das dívidas contratadas. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de R\$65.853 está classificado no ativo não circulante (R\$191.642 no ativo não circulante e R\$8.332 no ativo circulante em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Refere-se a recursos financeiros da ANA-Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES. O valor de cada contrato é depositado em conta corrente específica e vinculada a cada contrato, denominada conta de despoluição de bacias hidrográficas, os valores são convertidos em cotas e aplicados no “fundo de investimento caixa despoluição de bacias hidrográficas renda fixa longo prazo” destinado única e exclusivamente ao objeto

de cada contrato. A liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada para a COPASA MG em 12 parcelas trimestrais e sucessivas que poderão, a partir de plena operação e início da certificação da estação de tratamento do esgoto, ser sacadas desde que cumpridas as metas pactuadas na assinatura do contrato. Devido ao cumprimento parcial das metas, a Companhia mantém também esses recursos em seu passivo não circulante, em conta de depósito para obras (ver Nota Explicativa 15).

Já foram liberados recursos referente aos contratos dos seguintes municípios: Carmo do Paranaíba, 03 (três) parcelas até o ano de 2020, totalizando R\$931, e Patos de Minas, 01(uma) parcela em maio de 2021, no valor de R\$1.182, com saldos remanescentes desses contratos no valor de R\$2.980 e R\$13.433, respectivamente.

09. Investimentos

Abaixo a tabela com a movimentação dos investimentos na subsidiária:

	Saldos iniciais	Participação no resultado da controlada	Aumento de capital ⁽ⁱ⁾	Saldos finais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021				
COPANOR	165.132	(12.691)	49.740	202.181
Outros	260	-	-	260
Total	165.392	(12.691)	49.740	202.441
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020				
COPANOR	133.983	(12.587)	43.736	165.132
Outros	260	-	-	260
Total	134.243	(12.587)	43.736	165.392

(i) A Controladora realizou integralização no valor de R\$49.740, sendo R\$25.945 no 1º trimestre e R\$23.795 no 3º trimestre de 2021 (R\$43.736 em 2020, sendo R\$21.868 no 1º trimestre e R\$21.868 no 3º trimestre), na COPANOR, cujos recursos permitirão realizar investimentos em obras de implantação, ampliação e manutenções nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Informações financeiras resumidas

COPANOR	Participação (%)	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Prejuízo líquido
2021	100%	46.127	184.968	28.168	746	202.181	(12.691)
2020	100%	32.691	147.284	12.185	533	167.257	(7.387)

10. Ativo de Contrato

A movimentação de 2021 pode ser demonstrada como segue:

	Sistemas de			Estoque para obras	Total
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso comum		
Controladora:					
Saldos em 1º de janeiro de 2021	163.154	338.838	164.889	89.664	756.545
Adições	363.513	249.519	151.150	30.510	794.692
Baixas	(2.168)	(7.723)	(1.672)	(1.182)	(12.745)
Juros capitalizados	10.690	27.510	5.713	-	43.913
Transferências para o intangível	(30.156)	(90.047)	(27.961)	-	(148.164)
Transferências para o imobilizado	-	-	(9.371)	-	(9.371)
Saldos em 31 dezembro de 2021	505.033	518.097	282.748	118.992	1.424.870
Consolidado:					
Saldos em 1º de janeiro de 2021	169.035	354.638	165.662	97.898	787.233
Adições	374.284	264.680	156.422	34.398	829.784
Baixas	(2.168)	(7.723)	(1.672)	(2.232)	(13.795)
Juros capitalizados	10.690	27.510	5.713	-	43.913
Transferências para o intangível	(30.395)	(90.047)	(28.303)	-	(148.745)
Transferências para o imobilizado	-	-	(9.395)	-	(9.395)
Saldos em 31 dezembro de 2021	521.446	549.058	288.427	130.064	1.488.995

No exercício de 2020, a movimentação foi a seguinte:

	Sistemas de			Estoque para obras	Total
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso comum		
Controladora:					
Saldos em 1º de janeiro de 2020	208.013	639.509	193.724	91.676	1.132.922
Adições	155.045	180.738	114.244	5.657	455.684
Baixas	(7.969)	(14.616)	(44.832)	(7.669)	(75.086)
Juros capitalizados	6.092	31.604	598	-	38.294
Transferências para o intangível	(198.027)	(498.397)	(63.777)	-	(760.201)
Transferências para o imobilizado	-	-	(35.068)	-	(35.068)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	163.154	338.838	164.889	89.664	756.545
Consolidado:					
Saldos em 1º de janeiro de 2020	242.047	677.312	195.222	99.255	1.213.836
Adições	161.901	193.897	114.957	6.352	477.107
Baixas	(8.892)	(15.091)	(46.270)	(7.709)	(77.962)
Juros capitalizados	6.092	31.604	598	-	38.294
Transferências para o intangível	(231.916)	(533.084)	(63.777)	-	(828.777)
Transferências para o imobilizado	(197)	-	(35.068)	-	(35.265)
Saldos em 31 dezembro de 2020	169.035	354.638	165.662	97.898	787.233

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as adições, no montante de R\$794.692 na controladora (R\$455.684 em 31 de dezembro de 2020) e R\$829.784 no consolidado (R\$477.107 em 31 de dezembro de 2020) referem-se, principalmente, a obras de implantação dos sistemas de abastecimento de água cidades de Montes Claros, Paracatu e Patos de Minas, e implantação dos sistemas de esgotamento sanitário nas cidades de Divino, Divinópolis, Espinosa, Ibirité, Inhapim, Ipatinga, Patos de Minas, Ribeirão das Neves, Sabará e Ubá.

11. Intangível

(a) A composição dos saldos é a seguinte:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Controladora:						
Em operação						
Sistemas de água	4.052.841	(2.523.726)	1.529.115	4.004.651	(2.378.562)	1.626.089
Esgotamento sanitário	6.178.869	(2.688.220)	3.490.649	6.050.820	(2.404.025)	3.646.795
Sistemas de uso comum	1.028.145	(852.874)	175.271	961.300	(795.710)	165.590
Direitos de uso	610.228	(287.791)	322.437	584.503	(259.620)	324.883
Outros ativos intangíveis	101.996	(26.706)	75.290	130.280	(26.153)	104.127
Total do intangível	11.972.079	(6.379.317)	5.592.762	11.731.554	(5.864.070)	5.867.484
Consolidado:						
Em operação						
Sistemas de água	4.096.321	(2.527.730)	1.568.591	4.044.544	(2.380.506)	1.664.038
Esgotamento sanitário	6.232.932	(2.693.578)	3.539.354	6.099.461	(2.406.807)	3.692.654
Sistemas de uso comum	1.042.101	(857.083)	185.018	970.561	(797.823)	172.738
Direitos de uso	610.377	(287.896)	322.481	584.653	(259.695)	324.958
Outros ativos intangíveis	102.573	(26.750)	75.823	130.700	(26.174)	104.526
Total do intangível	12.084.304	(6.393.037)	5.691.267	11.829.919	(5.871.005)	5.958.914

(b) A movimentação do exercício de 2021 pode ser demonstrada como segue:

	Sistemas de			Direitos de uso	Outros	Total
	Água	Esgotamento sanitário	Uso comum ⁽¹⁾			
Controladora:						
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.626.089	3.646.795	165.590	324.883	104.127	5.867.484
Adições	26.652	49.338	45.353	25.613	1.000	147.956
Baixas	(2.742)	(471)	(117)	-	(15)	(3.345)
Amortização	(181.987)	(309.726)	(57.715)	(28.172)	(8.685)	(586.285)
Transferências do ativo financeiro ⁽²⁾	34.024	15.873	3.225	40	590	53.752
Transferência entre intangível e imobilizado	(3.732)	(176)	2.394	68	(33.461)	(34.907)
Transferências do ativo de contrato	30.830	89.018	16.578	2	11.736	148.164
Outros	(19)	(2)	(37)	3	(2)	(57)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.529.115	3.490.649	175.271	322.437	75.290	5.592.762
Consolidado:						
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.664.038	3.692.654	172.738	324.958	104.526	5.958.914
Adições	28.488	50.577	50.115	25.613	1.358	156.151
Baixas	(2.742)	(471)	(147)	-	(15)	(3.375)
Amortização	(184.038)	(312.302)	(59.812)	(28.201)	(8.708)	(593.061)
Transferências do ativo financeiro ⁽²⁾	35.029	20.056	3.157	40	387	58.669
Transferências entre intangível e imobilizado	(3.544)	(176)	2.394	68	(33.461)	(34.719)
Transferência de ativos de contratos	31.380	89.018	16.609	2	11.736	148.745
Outros	(20)	(2)	(36)	1	-	(57)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.568.591	3.539.354	185.018	322.481	75.823	5.691.267

⁽¹⁾ Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado "sistemas de uso comum".

⁽²⁾ As transferências do ativo financeiro referem-se basicamente a incorporação de obras finalizadas no exercício.

A amortização na Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apropriada ao resultado, foi de R\$586.285, sendo R\$581.197 como custo dos serviços prestados, R\$540 como despesas com vendas e R\$4.548 como despesas administrativas (R\$478.200 sendo R\$473.377, R\$612 e R\$4.211, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

A amortização no Consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apropriada ao resultado, foi de R\$593.061, sendo R\$587.943 como custo dos serviços prestados, R\$540 como despesas com vendas e R\$4.578 como despesas administrativas (R\$482.427, sendo R\$477.574, R\$612, R\$4.241, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

A movimentação no exercício de 2020 é a seguinte:

	Sistemas de			Direitos de uso	Outros	Total
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso comum ⁽¹⁾			
Controladora:						
Saldos em 1º de janeiro de 2020	1.625.932	3.316.269	135.591	327.499	99.083	5.504.374
Adições	36.064	46.697	33.338	21.740	1.546	139.385
Baixas	(56.095)	(1.176)	(8)	(1)	(153)	(57.433)
Amortização	(141.042)	(255.004)	(51.475)	(25.241)	(5.438)	(478.200)
Transferências do ativo financeiro ⁽²⁾	(23.262)	26.878	(2.030)	248	(2.097)	(263)
Transferência entre intangível e imobilizado	809	422	461	472	(2.272)	(108)
Transferências do ativo de contrato	183.801	512.804	49.942	166	13.488	760.201
Outros	(118)	(95)	(229)	-	(30)	(472)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.626.089	3.646.795	165.590	324.883	104.127	5.867.484

	Sistemas de			Direitos de uso	Outros	Total
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso comum ⁽¹⁾			
Consolidado:						
Saldos em 1º de janeiro de 2020	1.639.414	3.341.495	140.068	327.603	99.320	5.547.900
Adições	38.084	47.410	35.044	21.740	1.774	144.052
<i>Impairment</i>	(1.773)	(3.345)	-	-	-	(5.118)
Baixas	(56.100)	(1.178)	(8)	(1)	(153)	(57.440)
Amortização	(142.297)	(256.709)	(52.694)	(25.271)	(5.456)	(482.427)
Transferências do ativo financeiro ⁽²⁾	(30.832)	14.206	(2.846)	248	(2.145)	(21.369)
Transferência entre intangível e imobilizado	832	447	413	472	(2.272)	(108)
Transferências do ativo de contrato	215.055	547.078	52.990	166	13.488	828.777
Recuperação de <i>Impairment</i>	1.773	3.345	-	-	-	5.118
Outros	(118)	(95)	(229)	1	(30)	(471)
Saldos em 31 dezembro de 2020	1.664.038	3.692.654	172.738	324.958	104.526	5.958.914

⁽¹⁾ Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado "sistemas de uso comum".

⁽²⁾ As transferências do ativo financeiro referem-se basicamente a incorporação de obras finalizadas no exercício e renovação de concessão com o município de Santa Luzia.

Taxa média de amortização apurada na Controladora e Consolidado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas de água	5,14%	4,21%	5,13%	4,21%
Esgotamento sanitário	5,28%	5,31%	5,27%	5,31%
Sistemas de uso comum	19,32%	19,06%	19,23%	19,06%
Direitos de uso	6,36%	5,20%	6,36%	5,20%
Outros ativos intangíveis	3,80%	3,88%	3,80%	3,88%

Teste de Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos de Vida Longa

A Companhia elaborou estudo técnico de teste de impairment, com o objetivo de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso. Esse estudo baseou-se nos dados do ano de 2021, com projeção de todas as variáveis de produção, faturamento, população atendida, custos, despesas e investimentos no prazo das concessões vigentes da COPASA MG, considerando o último ano como 2070. O resultado demonstrou que não há necessidade de registro de provisão por perda (*impairment*) de ativos de vida longa.

A Companhia entende possuir uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), pois seus segmentos são entrelaçados e interdependentes para geração de receita. O valor recuperável da UGC foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, a serem gerados pelo uso contínuo da UGC.

O EBITDA projetado está baseado em expectativas de resultados futuros, levando em consideração as premissas de crescimento do negócio, projetadas conforme Estratégias da Companhia. As principais premissas foram:

- Evolução da receita conforme tarifa atual e volume faturado projetado em função do crescimento de volume e faturamento decorrente das ações e investimentos planejados até 2033 para atingimento das metas de universalização, conforme preconiza o Novo Marco do Saneamento. Com a premissa de considerar cada concessão até o vencimento do seu contrato atual, obteve-se um decréscimo médio de 0,4% ao ano até 2032. Nos demais anos, o crescimento projetado foi apenas em função de crescimento vegetativo e reduções em função do vencimento de cada concessão;
- Custos e despesas: custos com material de tratamento e energia elétrica estimados com variação proporcional às taxas de crescimento de economias atendidas para ampliação da cobertura a partir dos investimentos projetados até 2033 e crescimento vegetativo nos demais anos. Todos os custos foram

considerados proporcionais às economias atendidas projetadas reduzidas no ano de vencimento de cada concessão;

- Preços foram mantidos constantes.

Com essas premissas, o crescimento médio anual do EBITDA até 2032 foi de aproximadamente 1,4% ao ano e considerando todo o período, um decréscimo médio de 4,4% ao ano.

Mudanças razoavelmente possíveis, de +10% ou -10% na data do balanço em cada uma das premissas relevantes, não teriam afetado o cálculo e consequentemente não resultaria em impairment.

12. Imobilizado

(a) A composição dos saldos é a seguinte:

	31/12/2021				31/12/2020		
	Taxa média	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Controladora:							
Em operação							
Máquinas e equipamentos	15,74%	594.208	(516.287)	77.921	563.295	(501.079)	62.216
Veículos	23,97%	85.009	(78.933)	6.076	87.008	(77.397)	9.611
Outros	-	31.485	(210)	31.275	31.464	(278)	31.186
		710.702	(595.430)	115.272	681.767	(578.754)	103.013
Terrenos e edificações	4,59%	3.371.917	(2.017.065)	1.354.852	3.331.467	(1.915.501)	1.415.966
Total em operação		4.082.619	(2.612.495)	1.470.124	4.013.234	(2.494.255)	1.518.979
Total do imobilizado		4.082.619	(2.612.495)	1.470.124	4.013.234	(2.494.255)	1.518.979
Consolidado:							
Em operação							
Máquinas e equipamentos	15,65%	598.218	(516.972)	81.246	565.076	(501.388)	63.688
Veículos	23,88%	85.104	(78.943)	6.161	87.022	(77.404)	9.618
Outros	-	31.485	(211)	31.274	31.465	(278)	31.187
		714.807	(596.126)	118.681	683.563	(579.070)	104.493
Terrenos e edificações	4,59%	3.371.917	(2.017.065)	1.354.852	3.331.664	(1.915.505)	1.416.159
Total em operação		4.086.724	(2.613.191)	1.473.533	4.015.227	(2.494.575)	1.520.652
Total do imobilizado		4.086.724	(2.613.191)	1.473.533	4.015.227	(2.494.575)	1.520.652

(b) A movimentação do exercício de 2021 pode ser demonstrada como segue:

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Controladora:					
Saldos em 31 dezembro de 2020					
Adições	62.216	9.611	31.186	1.415.966	1.518.979
Baixas	(395)	(26)	-	-	(421)
Depreciação	(20.367)	(3.798)	(18)	(97.804)	(121.987)
Transferência do ativo de contratos	6.015	215	107	3.034	9.371
Transferências entre intangível e imobilizado	1.331	44	-	33.532	34.907
Transferências para AF	243	9	-	65	317
Outros	2	-	-	59	61
Saldos em 31 dezembro de 2021	77.921	6.076	31.275	1.354.852	1.470.124
Consolidado:					
Saldos em 31 dezembro de 2020					
Adições	63.688	9.618	31.187	1.416.159	1.520.652
Baixas	(395)	(26)	-	-	(421)
Depreciação	(20.742)	(3.802)	(18)	(97.809)	(122.371)
Transferência de ativos de contratos	6.038	215	107	3.035	9.395
Transferências entre intangível e imobilizado	1.331	44	-	33.344	34.719
Transferências para AF	243	9	-	65	317
Outros	3	-	(2)	58	59
Saldos em 31 dezembro de 2021	81.246	6.161	31.274	1.354.852	1.473.533

A depreciação da Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apropriada ao resultado, foi de R\$121.987, sendo R\$108.783 como custo dos serviços prestados, R\$3.603 como despesas com vendas e R\$9.601 como despesas administrativas (R\$119.312, sendo R\$107.274, R\$3.125 e R\$8.913, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

A depreciação do Consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apropriada ao resultado, foi de R\$122.371, sendo R\$109.165 como custo dos serviços prestados, R\$3.605 como despesas com vendas e R\$9.601 como despesas administrativas (R\$119.475, sendo R\$107.435, R\$3.127 e R\$8.913, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

No exercício de 2020, a movimentação foi a seguinte:

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Controladora:					
Saldos em 1º de janeiro de 2020	62.583	13.326	31.841	1.482.553	1.590.303
Adições	12.556	3	-	-	12.559
Baixas	(5)	(9)	-	-	(14)
Depreciação	(17.441)	(3.758)	-	(98.113)	(119.312)
Transferência do ativo de contratos	4.462	52	4	30.550	35.068
Transferências do intangível	(218)	-	(3)	329	108
Outros	279	(3)	(656)	647	267
Saldos em 31 dezembro de 2020	62.216	9.611	31.186	1.415.966	1.518.979
Consolidado:					
Saldos em 1º de janeiro de 2020	63.191	13.335	31.842	1.482.553	1.590.921
Adições	13.577	3	-	-	13.580
Ajuste <i>Impairment</i>	(82)	-	-	-	(82)
Baixas	(5)	(9)	-	-	(14)
Depreciação	(17.598)	(3.760)	-	(98.117)	(119.475)
Transferência do ativo de contratos	4.462	52	4	30.747	35.265
Transferências do intangível	(218)	-	(3)	329	108
Recuperação de <i>Impairment</i>	82	-	-	-	82
Outros	279	(3)	(656)	647	267
Saldos em 31 dezembro de 2020	63.688	9.618	31.187	1.416.159	1.520.652

13. Direito de Uso de Arrendamento Mercantil

(a) Direitos de uso de arrendamento mercantil (Ativo Não Circulante)

	Móveis	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
Controladora:				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	7.801	52.971	944	61.716
Adições	7.567	37.133	373	45.073
Remensurações	(752)	(145)	(8)	(905)
Depreciação	(4.750)	(27.290)	(1.145)	(33.185)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.866	62.669	164	72.699
Consolidado:				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	7.804	52.971	944	61.719
Adições	7.602	37.133	373	45.108
Remensurações	(752)	(145)	(8)	(905)
Depreciação	(4.784)	(27.290)	(1.145)	(33.219)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.870	62.669	164	72.703

	Imóveis	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
Controladora:				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	6.908	50.261	-	57.169
Adições	5.209	40.869	1.979	48.057
Remensurações	(167)	936	-	769
Depreciação	(4.149)	(39.095)	(1.035)	(44.279)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.801	52.971	944	61.716
Consolidado:				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	6.910	50.261	-	57.171
Adições	5.245	40.869	1.979	48.093
Remensurações	(167)	936	-	769
Depreciação	(4.184)	(39.095)	(1.035)	(44.314)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.804	52.971	944	61.719

(b) Direitos de uso de arrendamento mercantil (Passivo)

	Imóveis	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
Controladora:				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	8.218	54.928	989	64.135
Adições	7.567	37.133	373	45.073
Remensurações	(752)	(145)	(8)	(905)
Contraprestação	(5.346)	(30.787)	(1.225)	(37.358)
Juros	492	4.160	42	4.694
Saldos em 31 de dezembro de 2021	10.179	65.289	171	75.639
Passivo circulante	4.725	21.412	171	26.308
Passivo não circulante	5.454	43.877	-	49.331
Consolidado:				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	8.221	54.928	989	64.138
Adições	7.602	37.133	373	45.108
Remensurações	(752)	(145)	(8)	(905)
Contraprestação	(5.382)	(30.787)	(1.225)	(37.394)
Juros	493	4.160	42	4.695
Saldos em 31 de dezembro de 2021	10.182	65.289	171	75.642
Passivo circulante	4.728	21.412	171	26.311
Passivo não circulante	5.454	43.877	-	49.331

A taxa de desconto utilizada na mensuração do valor presente total dos pagamentos futuros de alugueis para os contratos de arrendamento firmados em 2021 é de 6,7% trimestral (5,5% trimestral em 31 de dezembro de 2020). A taxa média utilizada é de 12,7% a.a. (6,2% a.a. em 31 de dezembro de 2020) e o prazo médio é de 71 meses (38 meses em 31 de dezembro de 2020).

	Imóveis	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
Controladora:				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	7.204	51.068	-	58.272
Adições	5.210	40.869	2.002	48.081
Remensurações	(167)	936	-	769
Contraprestação principal	(4.029)	(37.945)	(1.013)	(42.987)
Contraprestação juros	(475)	(2.825)	(94)	(3.394)
Juros	475	2.825	94	3.394
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.218	54.928	989	64.135
Passivo circulante	3.960	27.674	989	32.623
Passivo não circulante	4.258	27.254	-	31.512

	Imóveis	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
Consolidado:				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	7.207	51.068	-	58.275
Adições	5.245	40.869	2.002	48.116
Remensurações	(167)	936	-	769
Contraprestação principal	(4.064)	(37.945)	(1.013)	(43.022)
Contraprestação juros	(476)	(2.825)	(94)	(3.395)
Juros	476	2.825	94	3.395
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.221	54.928	989	64.138
Passivo circulante	3.963	27.674	989	32.626
Passivo não circulante	4.258	27.254	-	31.512

(c) Despesas de arrendamento mercantil

Classe de ativo	Controladora			Consolidado		
	31/12/2021			31/12/2021		
	Arrendamentos de baixo valor	Arrendamentos de curto prazo	Total	Arrendamentos de baixo valor	Arrendamentos de curto prazo	Total
Máquinas e equipamentos	6.643	-	6.643	6.672	-	6.672
Equipamentos de reprografia e informática	815	-	815	825	-	825
Imóveis	-	197	197	-	245	245
Veículos	-	4.275	4.275	-	4.275	4.275
Total	7.458	4.472	11.930	7.497	4.520	12.017

A Companhia, em plena conformidade com o Pronunciamento CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo referido CPC.

14. Parceria Público-Privada – PPP - Sistema Produtor Rio Manso

A COPASA MG e a BRK Ambiental - Manso S.A, Sociedade de Propósito Específico (SPE), formalizaram Parceria Público-Privada (PPP) na modalidade de Concessão Administrativa para a ampliação da capacidade do Sistema Produtor de Água Rio Manso, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e prestação de serviços nesse sistema.

Durante a fase de realização de obras, a Companhia reconheceu o ativo intangível conforme o andamento de sua construção e em contrapartida um passivo a ele relacionado, em função do contrato de PPP. As despesas com correção monetária foram capitalizadas no ativo intangível até o início de sua operação em 21 de dezembro de 2015.

As despesas decorrentes deste contrato referentes à manutenção de sistemas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram R\$86.058 (R\$77.792 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

Para atualização do passivo constituído, o índice de reajustamento do contrato está sendo aplicado anualmente a cada mês de abril e apropriado proporcionalmente ao longo dos 12 meses subsequentes. A movimentação do passivo pode ser demonstrada como segue:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	306.226	357.419
Atualização	14.981	14.331
Amortização	(54.028)	(56.665)
Juros pagos	(6.194)	(8.859)
Saldo final	260.985	306.226
Passivo circulante	52.331	47.975
Passivo não circulante	208.654	258.251

15. Impostos, taxas, contribuições, obrigações sociais e trabalhistas e obrigações diversas

(a) Ativo circulante:

Os impostos a recuperar estão assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IRPF a compensar	3.759	2.912	3.943	2.972
IRPJ a compensar/saldo negativo	33.536	13.344	33.538	13.409
CSLL a compensar/saldo negativo	5.505	1.971	5.505	1.971
Recuperação de créditos PIS/COFINS	57.206	-	57.302	-
Outros Tributos a Recuperar	562	154	594	157
Total	100.568	18.381	100.882	18.509

Os impostos a recuperar referem-se, principalmente, aos créditos de PIS/COFINS, na recuperação de créditos tributários e ao saldo negativo de IRPJ/CSLL de 2021, os quais serão compensados em 2022.

(b) Passivo circulante:

Os impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais e trabalhistas são compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
INSS	24.236	24.494	24.879	24.865
COFINS	25.241	27.046	26.168	27.090
PIS	5.360	5.850	5.561	5.859
IR	10.454	13.745	10.482	13.758
FGTS	4.680	5.048	4.809	5.150
Outros	5.129	3.497	5.179	3.508
Passivo circulante	75.100	79.680	77.078	80.230

As obrigações diversas são assim compostas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações diversas				
Depósito para obras (i)	60.814	79.851	60.814	79.851
Salários a pagar (ii)	180.170	73.593	180.655	73.735
PDVI (iii)	86.705	-	86.705	-
Devolução de tarifas – ARSAE (iv)	99.558	-	99.558	-
Outros	63.242	42.900	63.716	43.304
Total	490.489	196.344	491.448	196.890
Passivo circulante	375.390	102.304	376.349	102.850
Passivo não circulante	115.099	94.040	115.099	94.040

- (i) Refere-se a recursos financeiros da ANA, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES (ver Nota Explicativa 8).
- (ii) A variação de salários a pagar apresentada ocorreu devido ao Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2019/2022, cujas negociações não haviam sido concluídas até o fim do exercício, sendo, na controladora, R\$ 178.835 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 72.671 em 31 de dezembro de 2020) (ver nota Explicativa 36.3).
- (iii) A Companhia instituiu o Programa de Desligamento Voluntário Incentivado – PDVI em junho de 2021, devidamente regulamentado e amplamente divulgado aos seus empregados.

O período de adesão foi de 02 a 31 de agosto de 2021, sendo elegíveis ao Programa, os empregados aposentados pelo INSS por tempo de contribuição, idade ou aposentadoria especial, cuja aposentadoria tenha sido concedida até 13 de novembro de 2019, data anterior ao início de vigência da Emenda Constitucional nº 103/2019.

O incentivo financeiro oferecido, a título de Prêmio Pecúnia de caráter indenizatório, foi de 0,8 (oito décimos) do somatório do salário nominal acrescido de anuênio(s), multiplicado pelo número de anos completos de trabalho efetivo na Empresa, limitados a 30 anos. O valor do incentivo financeiro não ultrapassará o valor equivalente a 20 vezes o somatório do salário nominal acrescido do anuênio.

Aderiram ao programa 1.098 empregados, com previsão de desligamento de outubro de 2021 a março de 2022. Em setembro de 2021 a Companhia reconheceu contabilmente o valor de R\$ 152.171, a título de indenização pecúnia, sendo que até 31 de dezembro de 2021, foram baixados R\$ 65.466 referentes a 492 empregados que se desligaram pelo PDVI. O saldo remanescente reconhecido no passivo circulante, para indenização ao PDVI, é de R\$86.705.

- (iv) Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – ARSAE MG, determinou a devolução de valores aos clientes por intermédio dos seguintes processos administrativos:

- Processo 005/2019

Em setembro de 2019, a ARSAE MG instaurou o Processo Administrativo nº 005/2019 para a apuração de indícios de valores cobrados indevidamente no Município de Belo Horizonte, referentes a Esgoto Dinâmico com Coleta e Tratamento – EDT. A COPASA MG apresentou recurso no processo, porém sem êxito. Em julho de 2021, foi emitida a Decisão ARSAE 066/21, determinando a devolução dos valores aos clientes, conforme Fato Relevante divulgado em 26 de julho de 2021.

Em agosto de 2021, a Administração da Companhia autorizou o início das devoluções, de forma simples e corrigida, conforme Comunicado ao Mercado divulgado no dia 8 de setembro de 2021. Após a identificação dos usuários com direito à devolução, a Companhia apurou que o valor total das devoluções é de R\$125.817. As devoluções foram iniciadas em setembro de 2021.

- Processo 028/2021

Em 2021 a ARSAE MG instaurou o Processo Administrativo 028/21, para apurar possíveis ajustes quanto à sistemática adotada pela COPASA para cálculo de valor faturado, em mês posterior ao faturamento pela média, no período de janeiro a julho de 2020. A COPASA MG apresentou recurso no processo, porém sem êxito. A ARSAE MG deliberou pela devolução de valores aos clientes. A Administração da Companhia autorizou a devolução dos valores apontados, de forma simples e corrigida, no valor total de R\$12.028, cuja devolução iniciou em outubro de 2021.

A Companhia identificou todos os clientes afetos aos processos mencionados e registrou o valor exato a ser devolvido a cada um, por intermédio de crédito (desconto) nas faturas, sendo que até

dezembro de 2021, as devoluções foram de R\$38.287. A movimentação dos valores envolvidos nos processos foram como segue:

Controladora / Consolidado						
Processos	Valor a devolver	Devoluções realizadas até 31/12/2021			Total Devolvido	Saldo a devolver 31/12/2021
		Inicial	Valor Principal	Juros e correções		
005/2019	125.817	19.804	11.940	31.744	94.073	
028/2021	12.028	4.082	2.461	6.543	5.485	
					99.558	
	Passivo circulante				71.442	
	Passivo não circulante				28.116	

O valor inicial a devolver de R\$137.845 foi reconhecido no resultado, sendo que R\$89.472 a título de principal foi registrado em “Outras Despesas Operacionais” e R\$48.373 de juros e correção monetária registrado em “Despesas Financeiras”.

16. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures, cujo saldo é de R\$3.985.344 em 31 de dezembro de 2021 (R\$3.781.141 em 31 de dezembro de 2020), têm vencimento até 2042 e cupons médios de 8,0% ao ano para a Controladora e o Consolidado (5,2% a.a. em 31 de dezembro de 2020 para a Controladora e o Consolidado).

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Caixa Econômica Federal	38.120	34.500
BNDES – Finem	69.601	81.525
Finame	12.500	13.774
Banco do Brasil ⁽ⁱ⁾	-	1.303
KfW	70.346	71.006
Banco Europeu de Investimento - BEI ⁽ⁱⁱ⁾	(252)	(257)
Empréstimos bancários e financiamentos	190.315	201.851
Debêntures simples	609.822	393.905
Debêntures	609.822	393.905
Total circulante	800.137	595.756
Não circulante		
Caixa Econômica Federal	648.923	636.575
BNDES - Finem	57.393	146.612
Finame	7.496	19.960
Banco do Brasil ⁽ⁱ⁾	-	130.265
KfW	103.809	141.742
Banco Europeu de Investimento - BEI ⁽ⁱⁱ⁾	60.458	(3.008)
Empréstimos bancários e financiamentos	878.079	1.072.146
Debêntures simples	2.307.128	2.113.239
Debêntures	2.307.128	2.113.239
Total não circulante	3.185.207	3.185.385
Total circulante e não circulante	3.985.344	3.781.141

⁽ⁱ⁾ Dívida originalmente contraída de instituições financeiras externas. Foi inserida em acordo entre o governo brasileiro e a comunidade financeira internacional, para reestruturação da dívida externa do setor público brasileiro com os credores privados internacionais. Nos termos desse acordo, aprovado pelo Senado Federal por meio da Resolução nº 98 de 29 de dezembro de 1992, a dívida foi trocada por bônus emitidos pela União, que se tornou devedora perante os credores externos. Em substituição às parcelas de principal, foram emitidos vários tipos de bônus, sob taxas de juros condizentes com aquelas usuais do mercado financeiro internacional.

⁽ⁱⁱ⁾ Inclui custo de captação de empréstimos disponibilizado à COPASA MG.

(a) Empréstimos e financiamentos

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	1.273.997	1.281.386
Ingressos de empréstimos e financiamentos	145.164	34.283
Juros capitalizados	-	7.769
Encargos provisionados	71.470	73.885
Variação monetária e cambial	3.837	108.356
Amortização de encargos	(73.001)	(73.884)
Amortização de principal	(353.330)	(154.532)
Custo de captação	-	(3.516)
Amortização do custo de captação	257	250
Saldo final	1.068.394	1.273.997
Passivo circulante	190.315	201.851
Passivo não circulante	878.079	1.072.146

Os montantes registrados no passivo não circulante referente a empréstimos bancários e financiamentos têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora / Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
2022	-	199.515
2023	154.247	159.808
2024	96.534	186.527
2025	55.789	48.242
2026 até 2042	574.261	481.062
Custo de captação	(2.752)	(3.008)
Total	878.079	1.072.146

Em 31 de dezembro de 2021, os valores contábeis dos empréstimos da Companhia em moeda estrangeira totalizam R\$234.361 em euros, excluídos os custos de captação (R\$341.051 em 31 de dezembro de 2020, sendo R\$131.568 em dólares e R\$209.483 em euros).

	Controladora / Consolidado					
	Moeda	Taxa de juros nominal a.a.	Atualização Monetária	Ano de vencimento	Valor contábil 31/12/2021	Valor contábil 31/12/2020
Em moeda Nacional:						
Caixa Econômica Federal	BRL	7,69%	TR	16/08/2042	687.043	671.075
BNDES - BNE	BRL	6,85%	TJLP	15/05/2025	126.994	228.137
Finame	BRL	4,21%	-	15/01/2025	19.996	33.734
					834.033	932.946
Em moeda Estrangeira:						
Banco do Brasil	USD	-	-	-	-	131.568
KfW	EURO	2,07%	EURO	15/05/2034	174.155	212.748
BEI	EURO	0,03%	-	20/09/2033	63.214	-
					237.369	344.316
Custo de captação					(3.008)	(3.265)
					234.361	341.051
Empréstimos e financiamentos					1.068.394	1.273.997

(b) Debêntures

A composição das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado				Valor contábil 31/12/2021	Valor contábil 31/12/2020
	Moeda	Taxa de juros nominal a.a.	Atualização monetária	Ano de vencimento		
Subscrição 4ª emissão						
1ª	URTJLP	6,87%	TJLP	15/07/2022	15.497	54.065
2ª	IPCA	9,05%	IPCA	15/08/2022	54.147	147.224
3ª	URTJLP	6,87%	TJLP	15/07/2022	20.519	71.582
Total 4ª emissão					90.163	272.871
Subscrição 5ª emissão						
Série única	BRL	9,00%	TR	01/09/2031	171.559	188.999
Total 5ª emissão					171.559	188.999
Subscrição 7ª emissão						
2ª	IPCA	7,39%	IPCA	15/01/2024	-	35.736
Total 7ª emissão					-	35.736
Subscrição 8ª emissão						
1ª	URTJLP	7,19%	TJLP	15/06/2028	53.125	65.275
2ª	BRL	8,18%	IPCA	15/06/2028	30.154	33.409
Total 8ª emissão					83.279	98.684
Subscrição 11ª emissão						
1ª	URTJLP	7,94%	TJLP	15/01/2031	110.517	128.628
2ª	IPCA	8,85%	IPCA	15/01/2031	59.714	62.667
Total 11ª emissão					170.231	191.295
Subscrição 12ª emissão						
1ª	IPCA	5,06%	IPCA	15/01/2024	196.961	213.433
2ª	IPCA	5,27%	IPCA	15/01/2026	101.775	91.906
Total 12ª emissão					298.736	305.339
Subscrição 13ª emissão						
1ª	BRL	9,78%	DI	15/07/2021	-	93.485
2ª	BRL	10,07%	DI	15/07/2023	557.276	545.309
3ª	IPCA	6,50%	IPCA	15/07/2025	83.487	75.391
Total 13ª emissão					640.763	714.185
Subscrição 14ª emissão						
1ª	BRL	9,71%	DI	15/06/2024	47.330	56.549
2ª	IPCA	4,30%	IPCA	15/06/2026	166.386	150.226
Total 14ª emissão					213.716	206.775
Subscrição 15ª emissão						
Série única	BRL	11,06%	DI	16/12/2025	502.295	500.575
Total 15ª emissão					502.295	500.575
Subscrição 16ª emissão						
1ª	IPCA	5,23%	IPCA	15/09/2031	253.977	-
2ª	BRL	10,57%	DI	15/09/2026	508.621	-
Total 16ª emissão					762.598	-
Total de debêntures					2.933.340	2.514.459
Custo de captação					(16.390)	(7.315)
Total					2.916.950	2.507.144

As debêntures indexadas à TJLP possuem *spread* acrescido da TJLP propriamente dita. Além disso, há correção monetária quando o índice supera 6% a.a.

A Companhia contratou, em setembro de 2021, operação de crédito de longo prazo, por meio da 16ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sob regime de garantia firme com base na Instrução CVM nº 476/2009, no montante de R\$750.000.

A previsão é a de que esses recursos sejam destinados aos projetos enquadrados como prioritários para fins de emissão de debêntures incentivadas de infraestrutura, nos termos do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de

junho de 2011, e do Decreto n. 8.874, de 11 de outubro de 2016, conforme as portarias do Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR) n° 581 e 582, de 30 de março de 2021, bem como para a execução de parte do programa de investimentos da Companhia.

A movimentação de debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	2.507.144	2.028.851
Ingressos de debêntures	750.000	530.489
Juros capitalizados	-	25.707
Encargos provisionados	148.461	80.219
Variação monetária	81.314	32.924
Amortização de encargos	(134.631)	(93.828)
Amortização de principal	(426.264)	(97.218)
Custo de captação	(11.659)	(1.764)
Amortização do custo de captação	2.585	1.764
Saldo final	2.916.950	2.507.144
Passivo circulante	609.822	393.905
Passivo não circulante	2.307.128	2.113.239

A Companhia mantém cauções em valores monetários, conforme citado na Nota Explicativa 08, além de garantia de cessão fiduciária de sua arrecadação, conforme Nota Explicativa 23.1(e). Ambas as garantias ocorrem durante o prazo de vigência ou do período de carência das dívidas contratadas.

Os montantes registrados no passivo não circulante de debêntures têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora / Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
2022	-	593.612
2023	739.763	645.949
2024	531.327	332.032
2025	483.206	287.646
2026 até 2042	565.253	259.261
Custo de captação	(12.421)	(5.261)
Total	2.307.128	2.113.239

(c) Cláusulas contratuais restritivas – *Covenants* e garantias

A Companhia possui empréstimos e financiamentos e debêntures com determinadas condições contratuais, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em determinados índices financeiros e indicadores não financeiros, com periodicidade de apuração do resultado distintas, conforme estabelecido nos respectivos contratos. Alguns contratos preveem que, no caso de descumprimento desses índices e indicadores, a Companhia apresente garantias reais adicionais ao credor ou restabeleça os índices financeiros previstos nos contratos em determinado prazo. Finalmente, caso não se obtenha a dispensa temporária de cumprimento desses índices, o credor poderá decretar vencimento antecipado da dívida.

Para todos os casos em que havia a possibilidade dos limites estabelecidos não serem atendidos, a Companhia obteve dos credores a necessária autorização para dispensa de cumprimento das cláusulas restritivas previstas nos instrumentos contratuais com os debenturistas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme detalhado no inciso abaixo:

***Covenants* não financeiros das 12^a, 13^a, 14^a, 15^a e 16^a emissões de debêntures (públicas):**

As debêntures da 12^a, 13^a, 14^a e 15^a emissões preveem que constitui um Evento de Inadimplemento que pode acarretar o vencimento antecipado das obrigações delas decorrentes a decisão desfavorável de 2º (segundo) grau em processos judiciais cujo valor seja superior a R\$50 milhões (*covenants* não financeiros). Tal

disposição pode ser verificada no texto extraído, exemplificativamente, do item IX, cláusula 7.26.2, da escritura da 12ª emissão, a seguir transcrito:

*“7.26.2 Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.26.4 abaixo, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:
(...)*

IX. decisão em segundo grau de processos ou procedimentos judiciais, administrativos ou arbitrais, de qualquer natureza, em face da Companhia e/ou qualquer de suas Controladas ou Coligadas (a) cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda; (...);”

No caso das debêntures da 16ª emissão constitui o Evento de Inadimplemento que pode acarretar o vencimento antecipado das obrigações delas decorrentes a decisão desfavorável de 2º (segundo) grau em processos judiciais cujo valor seja superior a R\$75 milhões (*covenants* não financeiros).

Conforme noticiado em Fato Relevante datado de 27 de dezembro de 2021, em função das recentes decisões em relação ao Processo Trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024, ajuizado em 2008 pelo principal sindicato dos empregados da Companhia, referente à rescisão de contratos de trabalho em virtude da aplicação de extinta política de desligamentos, a COPASA MG entendeu por rever o valor do provisionamento, tendo aumentado a provisão para esse processo em cerca de R\$217.356 em 31 de dezembro de 2021 (ver Nota Explicativa 17.a.ii).

Para obtenção da renúncia dos credores aos respectivos direitos contratuais, em dezembro de 2021 foi iniciado o processo de pedido de waiver junto aos agentes financeiros, apresentando propostas de equacionamento, de modo que a Companhia pudesse seguir implementando seu plano de investimentos, o desenvolvimento empresarial e operacional, bem como o pleno cumprimento dos compromissos dos próximos anos.

Desta forma, a Companhia, em Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas nos dias 10 de março de 2022 para as 13ª, 14ª, 15ª e 16ª emissões e em 21 de março de 2022 para a 12ª emissão, obteve a dispensa do cumprimento do inadimplemento contratual (*waiver*), assumindo o pagamento de prêmio (*waiver fee*) aos debenturistas de 0,10% ao ano, sobre o saldo devedor, calculado na data de pagamento. Considerando as ações tomadas pela Companhia, que resultaram na efetiva obtenção dos *waivers*, as dívidas não são exigíveis no curto prazo, assim as referidas dívidas permanecem classificadas no passivo não circulante (ver Nota Explicativa 2).

Além das garantias financeiras prestadas aos credores, no âmbito de suas dívidas constituídas e do descrito acima, a Companhia vem cumprindo obrigações não financeiras específicas e particulares para cada um dos contratos.

17. Provisão para Demandas Judiciais

(a) Demandas judiciais provisionadas

A composição das provisões para demandas judiciais está assim demonstrada:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Controladora:						
Cíveis	96.435	(5.710)	90.725	79.938	(1.251)	78.687
Trabalhistas	304.087	(14.045)	290.042	68.752	(5.892)	62.860
Tributárias	1.736	(5.140)	(3.404)	1.734	(9.574)	(7.840)
Ambientais	-	-	-	295	-	295
Total	402.258	(24.895)	377.363	150.719	(16.717)	134.002

	31/12/2021			31/12/2020		
	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Consolidado:						
Cíveis	97.164	(5.710)	91.454	80.437	(1.251)	79.186
Trabalhistas	304.152	(14.081)	290.071	68.815	(5.922)	62.893
Tributárias	1.736	(5.140)	(3.404)	1.734	(9.574)	(7.840)
Ambientais	-	-	-	295	-	295
Total	403.052	(24.931)	378.121	151.281	(16.747)	134.534

A movimentação do exercício de 2021 está assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020, antes da compensação de depósitos judiciais	150.719	151.281
Adições	265.535	266.028
Atualizações	13.600	13.680
Reversões	(14.532)	(14.862)
Baixas	(13.064)	(13.075)
Total provisões	402.258	403.052
Compensação de depósitos judiciais	(24.895)	(24.931)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	377.363	378.121

As adições e reversões referem-se a inclusão de novos processos e reavaliações de prognósticos de perda em processos judiciais contra a Companhia e conforme análise feita pela área jurídica, com base em jurisprudências ou sentenças prolatadas pelo judiciário e validação no âmbito do Fórum de Contingências da COPASA MG. As atualizações referem-se à correção monetária do saldo provisionado.

As movimentações podem ser assim resumidas:

1. Adições no valor de R\$265.535, referentes a constituição de provisão para as ações cíveis e trabalhistas, com destaque para aumento de R\$245.501 nas provisões trabalhistas, em especial R\$217.356 referentes ao processo 0102100-74.2008.5.03.0024 detalhado no item (ii) Provisões trabalhistas abaixo.
2. Reversões no valor de R\$14.532, sendo a reversão de R\$6.027 de processos trabalhistas, R\$8.210 de processos cíveis e R\$295 de processo tributário.
3. Baixas no valor de R\$13.064 pulverizadas em ações trabalhistas e cíveis.

No exercício de 2020, a movimentação foi a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019, antes da compensação de depósitos judiciais	213.576	214.125
Adições	30.414	30.547
Atualizações	9.757	9.788
Reversões	(68.472)	(68.513)
Baixas	(34.556)	(34.666)
Total provisões	150.719	151.281
Compensação de depósitos judiciais	(16.717)	(16.747)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	134.002	134.534

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, existindo grande pulverização no número e no valor dos processos. Os principais estão listados nos incisos a seguir:

(i) Provisões cíveis

As provisões cíveis relacionam-se a processos de indenização por danos morais e materiais ou pedidos de reembolso relativo a pagamentos a maior ou em duplicidade. A COPASA MG estima a provisão com base nos valores faturados passíveis de questionamento e em decisões judiciais recentes.

1. O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ação civil pública que teve sua decisão desfavorável à Companhia, no sentido de declarar a nulidade do aumento da tarifa de coleta de esgoto realizada pela COPASA MG, a partir de setembro de 2012, e determinando à Companhia, a restituir para todos os consumidores do Município de Pará de Minas, de forma simples, a quantia recebida indevidamente, proveniente desse aumento, no prazo de 90 dias contados do trânsito em julgado. Os valores já estão sendo restituídos aos consumidores do Município. O valor em 31 de dezembro de 2021 é de R\$2.573 (R\$8.074 em 31 de dezembro de 2020).

2. O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou, em 2005, ação de indenização por danos ambientais causados à Lagoa Central no Município de Lagoa Santa, sendo a COPASA MG condenada a pagar a referida indenização. Atualmente, o processo encontra-se em cumprimento de sentença, com recurso da COPASA MG interposto perante o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$10.923 (R\$9.845 em 31 de dezembro de 2020).

3. O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou, em 2003, ação civil coletiva que teve como objeto a devolução simples aos usuários, dos valores relativos ao reajuste de março de 2003 sob o fundamento de que os referidos valores foram cobrados no mesmo mês em que o reajuste foi autorizado quando deveriam ter sido aplicados 30 dias decorridos do prazo autorizado. A ação teve decisão desfavorável para a COPASA MG e encontra-se em fase de liquidação de sentença, aguardando realização de perícia judicial. A Companhia efetuou provisionamento com vistas à proposição de acordo judicial objetivando a finalização da ação. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$18.883 (R\$17.018 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Provisões trabalhistas

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos de demissão por justa causa. A Companhia provisiona as ações trabalhistas classificadas como risco de perda provável.

Existe uma ação trabalhista coletiva, movida em 2008, processo 0102100-74.2008.5.03.0024, em curso na 24ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, conexa à ação civil pública, na qual o SINDÁGUA e o Ministério Público do Trabalho questionam a extinta política de desligamento e o programa motivacional adotado pela Companhia, pleiteando a reintegração dos empregados desligados sob essa política, com o pagamento de salários vincendos e vencidos.

Nesse processo, a COPASA MG obteve êxito em 1ª instância, mas a decisão foi reformada em 2ª instância. Em 24 de fevereiro de 2017, foi prolatado acórdão do Tribunal Superior do Trabalho, que negou provimento ao Agravo de Instrumento em Recurso de Revista, interposto pela COPASA MG.

Em 18 de junho de 2019, a Companhia apresentou Reclamação Constitucional ao Supremo Tribunal Federal - STF (Processo nº 35.342), sendo emitida decisão favorável à COPASA MG, em 21 de novembro de 2019. Em 30 de setembro de 2021, o STF reviu sua decisão, no que o acórdão do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais – TRT-MG, pela procedência da ação, voltaria a prevalecer. A Companhia interpôs Agravo Regimental na Reclamação, mas que foi rejeitado, com decisão publicada em 01 de dezembro de 2021.

Em 07 de dezembro de 2021, a Companhia interpôs Embargos de Declaração sobre a decisão, por entendê-la omissa. Considerando as recentes decisões judiciais, a Companhia entendeu por rever o valor do provisionamento, ainda que não haja o valor da condenação na referida ação. Para tanto, realizou cálculos preliminares, efetivados sob diretrizes e fundamentos jurídicos postos pelos advogados contratados para a

condução do processo, e em atenção às melhores práticas contábeis, aumentou a provisão para esse processo em R\$217.356, sendo o valor principal de R\$110.324 registrado em “outras despesas operacionais” e de juros de mora e de atualização monetária no valor total de R\$107.032 registrados em “despesas financeiras”. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$252.169 (R\$33.464 em 31 de dezembro de 2020).

(b) Demandas judiciais não provisionadas

A COPASA MG discute em juízo outras ações para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa na esfera judicial.

Os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Cível (i)	379.276	348.523	386.444	356.691
Trabalhista (ii)	54.255	50.124	54.503	50.267
Tributária	13.612	71.239	13.611	72.304
Ambiental	1.029	-	1.029	-
Total	448.172	469.886	455.587	479.262

(i) Cível

Referem-se a ações ajuizadas por clientes, Ministério Público Estadual e da União, Municípios, associações, etc., que pleiteiam a tutela jurisdicional no que diz respeito a diversos assuntos, excetuadas as demandas de natureza tributária e trabalhista, estando distribuídas em diversas instâncias, varas judiciais e juizados especiais e podem ser divididas em:

Ações individuais

A Companhia e sua Controlada são partes em um número significativo de ações individuais indenizatórias em razão de supressão de fornecimento de água e danos causados por obras. Tais ações foram propostas no curso normal de nossos negócios e envolvem danos morais e materiais, tais como indenizações por danos a imóveis e automóveis e acidentes causados durante a exploração de nossas atividades, entre outras matérias. A Administração não acredita que tais ações judiciais causarão, isoladamente ou em conjunto, efeito material adverso sobre os resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas de negócios da Companhia e de sua Controlada.

As ações individuais mais relevantes, estão descritas abaixo:

1. Ação de Indenização ajuizada por Mecanorte Construções e Empreendimentos Ltda. em 2021, na qual alega desequilíbrio econômico-financeiro em contratos de empreitada firmados com a COPASA MG, que tinham por objeto a ampliação do Sistema de Abastecimento de Água e do Sistema de Esgotamento Sanitário de Teófilo Otoni. A ação foi precedida de perícia técnica que apurou o valor atribuído à causa. Contudo, tendo a COPASA MG apontado diversos erros técnicos no laudo que lastreou a ação, o juiz já acatou o pedido de nova perícia. O processo aguarda a nomeação do perito judicial. O valor da ação em 31 de dezembro de 2021 é de R\$43.847 e o prognóstico de perda atual é “possível”.
2. Ação Civil Pública ajuizada pelo Município de Coronel Fabriciano, em 2020, sob o argumento de que não estaria havendo o cumprimento de todas as obrigações contratuais pela Companhia, pois não haveria o tratamento da integralidade do esgoto produzido na sede municipal. Além disso, o não tratamento do esgoto sanitário teria causado dano ambiental. Em razão desses fatos, o Município pretende a condenação da COPASA a não cobrar tarifa de esgoto ou a cobrá-la em valor proporcionalmente reduzido até que a integralidade do esgoto seja tratado; a pagar multa a título indenizatório ao Município de Coronel Fabriciano pelo suposto descumprimento de cláusulas do Contrato de Concessão; a devolver os valores cobrados a título de tarifa de esgoto aos usuários; a implantar a totalidade do tratamento de esgoto no

Município; a pagar indenização por dano moral coletivo. A tutela antecipada foi indeferida em razão da ausência de urgência na apreciação dos pedidos e na incidência da jurisprudência dominante acerca da possibilidade de cobrança da tarifa de esgotamento sanitário pelos serviços prestados. Em sede de defesa, a COPASA MG apresentou Contestação, aduzindo, dentro outros argumentos, que não houve descumprimento contratual, pois, o serviço de esgotamento sanitário atende a mais de 108 mil habitantes já estão em execução as obras de interligação ao Sistema Integrado com o Município de Timóteo, sendo que metade da população já é atendida por esse Sistema. O valor da ação em 31 de dezembro de 2021 é de R\$5.766 (R\$5.196 em 31 de dezembro de 2021).

Ações coletivas

A Companhia é parte em ações cíveis públicas e ações populares que pleiteiam a anulação, suspensão ou impugnação de 32 de nossos contratos de concessão, firmados com os municípios de Andradas, Araçuaí, Barbacena, Betim, Bom Despacho, Campina Verde, Carmo, Cataguases, Congonhas, Curvelo, Delfinópolis, Divinópolis, Extrema, Ferros, Fronteira, Guaxupé, Guidoal, João Pinheiro, Lagoa Santa, Mirabela, Mirai, Montes Claros, Nova Serrana, Paracatu, Patos de Minas, Pirapetinga, Ribeirão das Neves, Sabará, São Sebastião do Paraíso, Três Marias, Vazante e Visconde do Rio Branco. Essas ações foram classificadas com possibilidade de perda possível ou remota, e, em razão disso, não foram constituídas provisões. Ressalta-se ainda a existência de precedente favorável à Companhia, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em caso análogo, bem como pareceres de renomados juristas sobre o assunto também favoráveis ao nosso posicionamento, ou seja, à legalidade dos contratos de concessão celebrados.

(ii) Trabalhistas

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos de demissão por justa causa, e a responsabilidade subsidiária, nos processos relativos às empregadoras, prestadores de serviços e fornecedores.

Todos os processos trabalhistas são, inicialmente, classificados como de perda possível e, periodicamente, a classificação do risco de perda, o valor de contingenciamento e o valor de provisão contábil são revistos e alterados, conforme as decisões proferidas em cada uma das fases do andamento processual.

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

(a) Imposto de renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do exercício antes dos impostos e contribuições	654.449	1.105.275	654.449	1.105.275
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	(222.513)	(375.794)	(222.513)	(375.794)
IRPJ e CSLL sobre:				
Equivalência patrimonial	(4.315)	(4.279)	-	-
Doações e subvenções	402	108	402	108
Outras (adições) /exclusões	8.898	(1.502)	4.583	(5.781)
Outros itens de reconciliação:				
Juros sobre o capital próprio	76.602	77.529	76.602	77.529
Incentivos fiscais	24.064	15.140	24.064	15.140
IRPJ e CSLL	(116.862)	(288.798)	(116.862)	(288.798)
Alíquota efetiva	17,86%	26,13%	17,86%	26,13%
IRPJ e CSLL correntes	(257.505)	(349.635)	(257.505)	(349.635)
IRPJ e CSLL diferidos	140.643	60.837	140.643	60.837
IRPJ e CSLL	(116.862)	(288.798)	(116.862)	(288.798)

O IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado de R\$140.643 (R\$60.837 em 2020) são compostos pelo valor líquido das diferenças temporárias movimentadas no exercício de R\$140.599 (R\$60.732 em 2020) acrescentado pelo IRPJ e CSLL diferidos da amortização da correção monetária sobre ativos corrigidos 96/97, constante no resultado abrangente R\$44 (R\$104 em 2020).

No ano calendário de 2021, a Companhia reconheceu, de acordo com o Laudo Constitutivo n° 227/2021 expedido pela SUDENE, o direito ao uso do incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda no valor de R\$11.657. (Ver Nota Explicativa 21)

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (ver Nota Explicativa 3.11 (a)).

As bases de imposto de renda e contribuição social diferidos são as seguintes:

	Controladora / Consolidado			
	Saldos iniciais	Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	Saldos finais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021				
No ativo				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	66.640	-	14.680	81.320
Provisão para demandas judiciais	50.925	-	85.842	136.767
Provisão para perdas do passivo atuarial - resultados abrangentes	67.256	(42.106)	-	25.150
Ajuste CPC - saldo a depreciar de ativos cedidos	45.670	-	(2.727)	42.943

	Controladora / Consolidado			
	Saldos iniciais	Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	Saldos finais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021				
Diferença de amortização gerada pelo desconto do ativo financeiro	144.947	-	42.426	187.373
Varição cambial sobre empréstimos	26.741	-	(11.387)	15.354
Outras provisões temporárias diversas	45.718	-	43.800	89.518
Total do ativo	447.897	(42.106)	172.634	578.425
No passivo				
Varição cambial sobre empréstimos	3.982	-	(3.982)	-
Margem da receita de construção diferida	31.376	-	(1.793)	29.583
Capitalização do ativo financeiro descontado	92.022	-	34.812	126.834
Custo de captação pela emissão de debêntures	2.488	-	3.085	5.573
Custo de captação de empréstimos	1.110	-	(87)	1.023
Provisão para ajustes de CPCs - resultados abrangentes	23.570	(17.197)	-	6.373
Total do passivo	154.548	(17.197)	32.035	169.386
Total líquido	293.349	(24.909)	140.599	409.039
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020				
No ativo				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.864	-	51.776	66.640
Provisão para demandas judiciais	72.297	-	(21.372)	50.925
Provisão para perdas do passivo atuarial - resultados abrangentes	38.131	29.125	-	67.256
Ajuste CPC - saldo a depreciar de ativos cedidos	48.397	-	(2.727)	45.670
Diferença de amortização gerada pelo desconto do ativo financeiro	126.670	-	18.277	144.947
Provisão do ISSQN - encontro de contas PBH	1.156	-	(1.156)	-
Varição cambial sobre empréstimos	10.988	-	15.753	26.741
Outras provisões temporárias diversas	34.346	-	11.372	45.718
Total do ativo	346.849	29.125	71.923	447.897
No passivo				
Varição cambial sobre empréstimos	4.945	-	(963)	3.982
Margem da receita de construção diferida	33.153	-	(1.777)	31.376
Capitalização do ativo financeiro descontado	79.201	-	12.821	92.022
Custo de captação pela emissão de debêntures	2.488	-	-	2.488
Custo de captação de empréstimos	-	-	1.110	1.110
Provisão para ajustes de CPCs - resultados abrangentes	23.154	416	-	23.570
Total do passivo	142.941	416	11.191	154.548
Total líquido	203.908	28.709	60.732	293.349

Em atendimento à Deliberação CVM nº 599, de 15/09/2009 e Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitem a recuperação de créditos tributários contidos no ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2021. O saldo do ativo diferido registrado na contabilidade é R\$578.425, desse total são descontados os valores reconhecidos no patrimônio líquido, que representam R\$25.150, totalizando o crédito fiscal a recuperar no montante de R\$553.275, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora / Consolidado
Total do ativo diferido	578.425
Provisão para perdas do passivo atuarial - resultado abrangente	(25.150)
Total do ativo fiscal diferido a recuperar	553.275

Assim, as projeções de resultados demonstram que a empresa deverá obter lucros suficientes para recuperar os tributos pagos conforme a estimativa de realização do ativo fiscal diferido, a seguir:

Expectativa de realização do ativo fiscal diferido em	Controladora / Consolidado
2022	97.282
2023	114.016
2024	32.058
2025	32.058
2026	32.058
2027	4.700
2028	4.534
2029	4.534
2030	4.534
2031	4.534
Após 2031	222.967
Total	553.275

19. Convênio de Cooperação Técnica

O saldo de convênios no ativo está assim composto:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante	38.271	16.152	38.289	16.170
Ativo não circulante	5.165	26.188	5.165	26.188
Total	43.436	42.340	43.454	42.358

	Controladora			Consolidado		
	A receber	Adiantamento	Líquido	A receber	Adiantamento	Líquido
31 de dezembro de 2021						
Recursos estaduais	4.154	(3.905)	249	562.918	(562.651)	267
Recursos federais	170.527	(127.340)	43.187	170.527	(127.340)	43.187
Total	174.681	(131.245)	43.436	733.445	(689.991)	43.454
31 de dezembro de 2020						
Recursos estaduais	4.147	(3.904)	243	562.910	(562.649)	261
Recursos federais	163.346	(121.249)	42.097	163.346	(121.249)	42.097
Total	167.493	(125.153)	42.340	726.256	(683.898)	42.358

O saldo de convênios no passivo está assim composto:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante	1.214	3.547
Passivo não circulante	1.977	-
Total	3.191	3.547

	Controladora / Consolidado		
	Adiantamento	A receber	Líquido
31 de dezembro de 2021			
Recursos estaduais	521	-	521
Recursos federais	42.333	(39.663)	2.670
Total	42.854	(39.663)	3.191
31 de dezembro de 2020			
Recursos estaduais	505	-	505
Recursos federais	43.006	(39.964)	3.042
Total	43.511	(39.964)	3.547

20. Obrigações de Benefícios de Aposentadoria

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações de curto prazo ⁽¹⁾	-	4.669
Obrigações de longo prazo	112.764	223.892
	112.764	228.561
Contribuições normais	16.614	17.329
Total das obrigações registradas no balanço patrimonial	129.378	245.890
Passivo circulante	16.614	21.998
Passivo não circulante	112.764	223.892

⁽¹⁾ Refere-se à contribuição extraordinária assumida pela Companhia, quando da instituição da paridade contributiva, quitada em 2021.

Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração de resultado com benefícios de planos de pensão:

	31/12/2021	31/12/2020
Plano RP1 – Benefício Definido (BD)	(95)	725
Plano COPASA Saldado – Benefício Definido (BD)	15.585	9.830
Novo Plano COPASA – Contribuição Definida (CD)	13	-
	15.503	10.555
Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente do exercício	(81.735)	(56.536)
(Ganhos) perdas atuariais acumuladas no resultado abrangente até o exercício	48.820	130.555

Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes são:

	Perda Bruta	Imposto	Perda Líquida
31 de dezembro de 2021			
Plano RP1 – Benefício Definido (BD)	744	253	491
Plano COPASA Saldado – Benefício Definido (BD)	(125.505)	(42.672)	(82.833)
Novo Plano COPASA – Contribuição Definida (CD)	920	313	607
	(123.841)	(42.106)	(81.735)
31 de dezembro de 2020			
Plano RP1 – Benefício Definido (BD)	274	93	181
Plano COPASA Saldado – Benefício Definido (BD)	84.560	28.751	55.809
Novo Plano COPASA – Contribuição Definida (CD)	827	281	546
	85.661	29.125	56.536

	31/12/2021	31/12/2020
	Perda Bruta	Perda Bruta
Perdas (ganhos) atuariais ⁽¹⁾	(235.538)	18.334
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	100.075	61.347
Mudança no efeito do teto de ativo	(8.660)	1.610
Mudança no efeito da restrição da obrigação atuarial	20.282	4.370
Custo total reconhecido em outros resultados abrangentes	(123.841)	85.661

⁽¹⁾ O aumento no ganho é devido principalmente pela maior taxa de desconto e expectativa de retorno dos ativos para o ano de 2021 em comparação a 2020 (vide premissas atuariais abaixo.).

A Companhia assinou, em 07 de dezembro de 1982, convênio de adesão e tornou-se patrocinadora da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - FUNDASEMG, cujos direitos e obrigações foram posteriormente assumidos pela PREVIMINAS, atualmente Fundação Libertas, que foi criada com o objetivo de complementar a aposentadoria dos funcionários participantes, assegurando a manutenção do seu plano de benefícios definidos na referida Fundação. A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

A partir de 1º de novembro de 2010, a Companhia passou a ter três planos distintos: a) o atual Plano RP1-BD (Benefício Definido) que foi fechado para novas adesões, mas que continua ativo e recebendo contribuições dos que não optaram pela migração para os outros planos; b) o Plano COPASA Saldado-BD (Benefício Definido), criado apenas para administrar os benefícios dos empregados provenientes do saldamento; e c) o Novo Plano COPASA-CD (Contribuição Definida) que foi criado para a migração de todos os participantes e assistidos do antigo plano BD e para inclusão dos novos empregados e dirigentes. Em dezembro de 2021, o Plano RP1 possui 89 participantes ativos, 12 remidos e 159 assistidos; o Plano COPASA Saldado 1.065 participantes ativos, 5 remidos e 1.902 assistidos; e o Novo Plano COPASA 10.106 participantes ativos e 589 assistidos.

Os benefícios oferecidos pelo Plano RP1-BD, que se encontra fechado para novas adesões, são: suplementações de aposentadoria por invalidez, idade, tempo de contribuição e especial, além de auxílio doença, pensão, auxílio reclusão e pecúlio por morte.

Os benefícios oferecidos pelo Plano COPASA Saldado-BD são: a) participantes ativos, autopatrocinados e assistidos: benefício salgado de aposentadoria programada; b) beneficiário de assistido de origem do plano de benefício definido: benefício salgado de pensão por morte e benefício salgado de pecúlio por morte; e c) participante remido ou beneficiário de participante remido: benefício salgado decorrente de opção pelo instituto do benefício proporcional diferido.

Os benefícios oferecidos pelo Novo Plano COPASA-CD são: a) para os participantes que migraram do plano de benefício definido para este plano, será reconhecido o tempo de permanência no plano anterior, para efeito de cumprimento de carência no plano novo; e b) para os novos participantes os benefícios garantidos são o de benefício proporcional diferido, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio de reclusão e abono anual.

As premissas atuariais utilizadas nos planos de benefícios mantidos pela Companhia são revisadas regularmente e podem apresentar divergências com os resultados reais observados a partir de mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentos judiciais, aumento ou diminuição nos índices de demissões, na expectativa de vida dos participantes, na volatilidade dos ativos do plano, variação na rentabilidade dos títulos e inflação.

As diretrizes de investimentos para os ativos dos planos são definidas pelo Conselho Deliberativo da Fundação Libertas, com base nas normas legais vigentes.

a) Valores consolidados do passivo

Os valores referentes aos três planos de benefício reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Valor presente das obrigações financiadas	(1.292.965)	(1.503.950)
Valor justo dos ativos do plano	1.235.203	1.316.486
Efeito do teto do ativo	(55.002)	(36.416)
Restrição do déficit contratado	-	(4.681)
Passivo líquido do plano	<u>(112.764)</u>	<u>(228.561)</u>

A movimentação do valor presente das obrigações financiadas é a seguinte:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Em 1º de janeiro	1.503.950	1.457.242
Custo do serviço corrente	113	365
Custo financeiro	102.589	99.180
Contribuições dos participantes do plano	1.205	1.165
Remensurações atuariais ⁽¹⁾	(235.538)	18.334
Benefícios pagos pelo plano	(80.528)	(73.470)
Contribuições extraordinárias ativos	264	255
Contribuições extraordinárias assistidos	910	879
Valor presente das obrigações financiadas em 31 de dezembro	<u>1.292.965</u>	<u>1.503.950</u>

⁽¹⁾ O aumento no ganho é devido principalmente pela maior taxa de desconto e expectativa de retorno dos ativos para o ano de 2021 em comparação a 2020 (vide premissas atuariais abaixo)

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios é a seguinte:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Em 1º de janeiro	1.316.486	1.328.678
Retorno real sobre os ativos do plano	(10.594)	29.755
Contribuições do empregador	6.263	28.158
Contribuições dos empregados	1.205	1.165
Benefícios pagos	(80.528)	(73.470)
Contribuições extraordinárias ativos	264	255
Contribuições extraordinárias assistidos	910	879
Contribuições extraordinárias patrocinadora	1.197	1.066
Valor justo em 31 de dezembro	<u>1.235.203</u>	<u>1.316.486</u>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Custo dos serviços correntes	113	365
Custo financeiro	102.589	99.180
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(89.481)	(91.102)
Juros sobre o efeito do teto do ativo	2.282	2.112
	<u>15.503</u>	<u>10.555</u>

b) Valores segregados por Plano de benefício:

1) Plano de benefícios RP1-BD

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Valor presente das obrigações financiadas	(57.120)	(67.483)
Valor justo dos ativos do plano	70.149	68.031
Efeito do teto do ativo	(13.029)	(548)
Restrição do déficit contratado	-	(4.681)
Passivo líquido do plano	<u>-</u>	<u>(4.681)</u>

A movimentação na obrigação de benefício definido durante os exercícios é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Em 1º de janeiro	67.483	72.830
Custo do serviço corrente	100	311
Custo financeiro	4.856	5.090
Contribuições dos participantes do plano	356	344
Remensurações atuariais	(12.144)	(7.861)
Benefícios pagos pelo plano	(3.531)	(3.231)
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	<u>57.120</u>	<u>67.483</u>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Em 1º de janeiro	68.031	63.763
Retorno real sobre os ativos do plano	(36)	1.459
Contribuições do empregador	5.329	5.696
Contribuições dos empregados	356	344
Benefícios pagos	(3.531)	(3.231)
Valor justo em 31 de dezembro	<u>70.149</u>	<u>68.031</u>

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão pós-emprego com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$369.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Custo dos serviços correntes	100	311
Custo financeiro	4.856	5.090
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(5.091)	(4.676)
Juros sobre o efeito do teto do ativo	40	-
Provisão para plano de benefícios	<u>(95)</u>	<u>725</u>

As receitas líquidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$95 (R\$725 de despesas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020), foram reconhecidas no resultado, sendo R\$322 devedor em "despesas financeiras" e R\$417 credor em "outras despesas operacionais" (R\$712 em "outras despesas financeiras" e R\$13 em "outras despesas operacionais" em 31 de dezembro de 2020).

O retorno real sobre os ativos do plano no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi negativo de R\$36 (R\$1.459 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	<u>Crédito unitário projetado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Taxa anual de desconto	9,15% a.a.	7,38% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	9,15% a.a.	7,38% a.a.
Aumento anual de salário	1,60% a.a.	5,11% a.a.
Taxa de inflação projetada	3,83% a.a.	3,45% a.a.
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 Basic M&F	AT 2000 Basic M&F
Tábua de entrada em invalidez	Light Média	Light Média
Tábua de mortalidade de inválidos	MI 2006	MI 2006
Rotatividade	0,00% a.a.	0,00% a.a.

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2021.

Categorias dos ativos do Plano RP1-BD

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Disponível	0,01%	-
Realizável (previdencial e administrativo)	0,81%	3,11%
Títulos públicos	57,23%	37,97%
Renda fixa	35,05%	53,28%
Ações	3,07%	3,18%
Empresas emergentes	0,16%	0,04%
Fundos de participações	0,15%	1,01%
Investimentos imobiliários	0,32%	0,33%
Empréstimos e financiamentos	0,32%	0,35%
Outros - depósitos judiciais	0,01%	0,01%
Fundo investimentos no exterior	1,35%	-
Multimercado	1,52%	0,72%
Total em percentual dos ativos do plano	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	AT-2000 Basic M&F	Idade +1	Idade -1
Hipótese de mortalidade			
Obrigação atuarial	(57.120)	(56.086)	(58.132)
Ativo justo	70.149	70.149	70.149
Superávit (déficit)	13.029	14.063	12.017
Variações	-	7,93%	-7,77%
Crescimento salarial	1,60%	+0,25%	-0,25%
Obrigação atuarial	(57.120)	(57.337)	(56.908)
Ativo justo	70.149	70.149	70.149
Superávit (déficit)	13.029	12.812	13.241
Variações	-	-1,67%	1,62%
Taxas de juros real	5,12%	+0,25%	-0,25%
Obrigação atuarial	(57.120)	(55.640)	(58.668)
Ativo justo	70.149	70.149	70.149
Superávit (déficit)	13.029	14.509	11.481
Variações	-	11,35%	-11,89%

2) Plano COPASA Saldado-BD

	31/12/2021	31/12/2020
Valor presente das obrigações financiadas	(1.229.434)	(1.426.043)
Valor justo dos ativos do plano	1.116.670	1.202.163
Passivo líquido do plano	(112.764)	(223.880)

A movimentação do valor referente da obrigação de benefício definido durante os exercícios é demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Em 1º de janeiro	1.426.043	1.374.648
Custo financeiro	97.105	93.490
Remensurações atuariais ⁽¹⁾	(218.178)	26.733
Benefícios pagos pelo plano	(76.710)	(69.962)
Contribuições extraordinárias ativos	264	255
Contribuições extraordinárias assistidos	910	879
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	1.229.434	1.426.043

⁽¹⁾ O aumento no ganho é devido principalmente pela maior taxa de desconto e expectativa de retorno dos ativos para o ano de 2021 em comparação a 2020 (vide premissas atuariais abaixo).

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Em 1º de janeiro	1.202.163	1.222.457
Retorno real sobre os ativos do plano	(11.154)	25.833
Contribuições do empregador	-	21.635
Benefícios pagos	(76.710)	(69.962)
Contribuições extraordinárias ativos	264	255
Contribuições extraordinárias assistidos	910	879
Contribuições extraordinárias patrocinadora	1.197	1.066
Valor justo em 31 de dezembro	1.116.670	1.202.163

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$1.306.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Custo financeiro	97.105	93.490
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(81.520)	(83.660)
Provisão para plano de benefícios	<u>15.585</u>	<u>9.830</u>

As despesas com plano de pensão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$15.585 (R\$9.830 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020) são reconhecidas no resultado em “outras despesas operacionais” (R\$952 em “outras despesas financeiras” e R\$8.878 em “outras despesas operacionais” em 31 de dezembro de 2020).

O retorno real sobre os ativos do plano no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi negativo de R\$11.154 (R\$25.833 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Crédito unitário projetado	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Taxa de desconto (nominal)	9,15% a.a.	6,98% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	9,15% a.a.	6,98% a.a.
Taxa de inflação projetada	3,83% a.a.	3,45% a.a.
	BR-EMSsb 2015	BR-EMSsb 2015
Tábua de mortalidade geral	(M&F)	(M&F)
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 M	AT 49 M
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2021.

Categorias dos ativos do Plano COPASA Saldado-BD

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Realizável (previdencial e administrativo)	0,87%	0,81%
Títulos públicos	72,71%	58,04%
Renda fixa	-	15,31%
Ações	8,26%	9,89%
Multimercados	4,91%	2,09%
Empresas emergentes	0,32%	0,15%
Fundos de participações	6,40%	6,73%
Investimentos imobiliários	4,97%	5,14%
Empréstimos e financiamentos	0,69%	0,75%
Outros – depósitos judiciais	0,10%	0,10%
Direitos creditórios	0,77%	0,86%
Créditos privados e depósitos	-	0,13%
Total em percentual dos ativos do plano	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

Hipótese de Mortalidade	BR-EMSsb		
	2015 M&F	Idade +1	Idade -1
Obrigação atuarial	(1.229.433)	(1.203.846)	(1.254.456)
Ativo justo	1.116.669	1.116.669	1.116.669
Superávit (déficit)	(112.764)	(87.177)	(137.787)
Variações	-	-22,69%	22,19%
Taxas de juros real	5,12%	+0,25%	-0,25%
Obrigação atuarial	(1.229.433)	(1.199.971)	(1.263.522)
Ativo justo	1.116.669	1.116.670	1.116.669
Superávit (déficit)	(112.764)	(83.301)	(146.853)
Variações	-	-26,13%	30,23%

3) Novo Plano COPASA-CD

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Valor presente das obrigações financiadas	(6.411)	(10.424)
Valor justo dos ativos do plano	48.384	46.292
Efeito do teto do ativo	<u>(41.973)</u>	<u>(35.868)</u>
Ativo / passivo líquido do plano	<u>-</u>	<u>-</u>

A movimentação na obrigação durante o exercício é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Em 1º de janeiro	10.424	9.764
Custo do serviço corrente	13	54
Custo financeiro	628	600
Contribuições dos empregados	849	821
(Ganhos) perdas atuariais	(5.216)	(538)
Benefícios pagos pelo plano	<u>(287)</u>	<u>(277)</u>
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	<u>6.411</u>	<u>10.424</u>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Em 1º de janeiro	46.292	42.457
Retorno real sobre os ativos do plano	596	2.464
Contribuições do empregador	934	827
Contribuições dos empregados	849	821
Benefícios pagos	<u>(287)</u>	<u>(277)</u>
Valor justo em 31 de dezembro	<u>48.384</u>	<u>46.292</u>

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos pós-emprego durante o próximo exercício fiscal é de R\$1.018.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Custo dos serviços correntes	13	54
Custo financeiro	628	600
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(2.870)	(2.766)
Juros sobre o efeito do teto do ativo	<u>2.242</u>	<u>2.112</u>
Provisão para plano de benefícios	<u>13</u>	<u>-</u>

O plano de pensão em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$13 (não houve despesas com plano de pensão em 31 de dezembro de 2020).

O retorno real sobre os ativos do plano em 31 de dezembro 2021 foi de R\$596 (R\$2.464 em 31 de dezembro de 2020).

As principais premissas atuariais usadas foram:

	Crédito unitário projetado	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Taxa de desconto (nominal)	9,07% a.a.	6,11% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	9,07% a.a.	6,11% a.a.
Taxa de inflação projetada	3,83% a.a.	3,45% a.a.
Tábua de mortalidade geral	BR-EMSsb 2015 M&F	BR-EMSsb 2015 M&F
Tábua de entrada em invalidez	Light fraca D50%	Light fraca D50%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 M (A80%)	AT 49 M (A80%)

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2021.

Categorias dos ativos do Novo Plano COPASA-CD

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Realizável (previdencial e administrativo)	1,43%	1,51%
Renda fixa	58,78%	66,27%
Ações	10,53%	12,14%
Empresas emergentes	7,19%	0,10%
Fundos de participações	2,87%	7,09%
Investimentos imobiliários	3,52%	3,74%
Empréstimos e financiamentos	4,16%	4,87%
Multimercado	9,59%	2,05%
Créditos privados e depósitos	0,84%	0,88%
Direitos creditórios	1,02%	1,28%
Outros – depósitos judiciais	0,07%	0,07%
Total em percentual dos ativos do plano	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

Hipótese de Mortalidade	BR-EMSsb		
	2015 M&F	Idade +1	Idade -1
Obrigação atuarial	(6.411)	(6.756)	(6.101)
Ativo justo	48.383	48.384	48.383
Superávit (déficit)	41.972	41.628	42.282
Variações	-	-0,82%	0,74%
Taxas de juros real	5,05%	+0,25%	-0,25%
Obrigação atuarial	(6.411)	(6.336)	(6.489)
Ativo justo	48.383	48.384	48.384
Superávit (déficit)	41.972	42.048	41.895
Variações	-	0,18%	-0,18%

As análises de sensibilidade apresentadas para os planos baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas. No cálculo da sensibilidade da obrigação de benefício definido em relação às premissas atuariais significativas, o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido calculado com base no método da unidade de crédito projetada na data do balanço) foi aplicado, bem como no cálculo da obrigação dos planos de pensão reconhecida no balanço patrimonial.

Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o exercício anterior.

21. Patrimônio Líquido e Dividendos

(a) Capital

A Companhia faz parte do Novo Mercado de Governança Corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo seu capital formado exclusivamente por ações ordinárias. O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de R\$3.402.385, representado por 379.181.430 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que possui aproximadamente 50,04% das ações. Em livre circulação no mercado (*free float*) encontram-se cerca de 49,56% das ações. Os administradores e entidade(s) relacionada(s) ao acionista controlador possuem 0,12% das ações e o restante, correspondente a aproximadamente 0,28%, encontra-se em tesouraria.

A Companhia, no dia 14 de julho de 2021, divulgou Fato Relevante, comunicando que recebeu do seu acionista controlador, Estado de Minas Gerais, por meio da Advocacia Geral do Estado (AGE), naquela data, Ofício informando da aprovação do Projeto de Lei nº 2.508/2021 pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, referente à autorização para suplementação orçamentária e aporte de capital nessa Companhia para realização de intervenções e obras que potencializarão a resiliência hídrica das Bacias do Paraopeba e do Rio das Velhas, proveniente do Acordo firmado judicialmente entre o Estado de Minas Gerais e a empresa Vale S.A. Esses investimentos, conforme previsto no Acordo, totalizam R\$2,05 bilhões. A sanção da Lei pelo Governo do Estado de Minas Gerais ocorreu em 28 de julho de 2021 (Lei nº 23.830/2021). O reconhecimento nas Demonstrações Financeiras ocorrerá após o efetivo aporte dos recursos, tanto por parte do Estado de Minas Gerais quanto dos acionistas minoritários que exercerem seu direito de preferência, observada a legislação societária.

A COPASA MG está autorizada a aumentar o seu Capital Social até o limite de R\$5 bilhões, mediante deliberação do Conselho de Administração, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 29 de abril de 2020.

Os acionistas terão direito de preferência em eventuais aumentos de capital na forma da lei. Entretanto, a critério da Assembleia Geral, poderá ser excluído o direito de preferência, ou reduzido o prazo para o seu exercício, nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações em favor dos administradores, empregados e colaboradores, podendo essa opção ser estendida aos administradores e empregados das sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente. Ressalta-se que nos últimos exercícios não houve outorga de plano de opção de ações.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

(ii) Reserva de incentivos fiscais

- Subvenções Governamentais

Constituída pela destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações e subvenções governamentais, apropriada ao resultado do exercício a partir de 1º de janeiro de 2008.

No exercício de 2021, foi registrado no resultado, o valor de R\$1.182 (R\$316 no exercício de 2020), referente ao incentivo pelo cumprimento de etapas das metas de abatimento de cargas poluidoras das estações de tratamento de esgoto da Companhia (Nota Explicativa 15), concedido pela ANA, com recursos do PRODES.

- Incentivos Fiscais – SUDENE

A Lei nº 13.799 de 3 de janeiro de 2019, estabelece o direito ao incentivo de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração, às pessoas jurídicas

que tenham projeto para instalação, ampliação, modernização ou diversificação, enquadrado em setores prioritários da economia para o desenvolvimento regional e estejam situadas nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG está presente em 640 municípios mineiros. Dentre os municípios atendidos pela COPASA MG, 168 municípios estão inseridos na área de atuação da SUDENE, conforme estabelece a Lei Complementar nº 125/2007. Nesse contexto, durante o ano calendário 2021, a COPASA formalizou pleito de incentivo de redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis, abrangendo 118 municípios localizados na área de atuação da SUDENE, o que representa uma capacidade instalada de 206.138.220 metros cúbicos/ano de captação, tratamento e abastecimento de água e 89.857.104 metros cúbicos/ano de coleta e tratamento de esgoto.

Em 23 de dezembro de 2021, através do Laudo constitutivo no 227/2021, a SUDENE aprovou o direito da Companhia ao benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração. O incentivo foi concedido por 10 anos, com fruição iniciando em 01 de janeiro de 2021 e término em 31 de dezembro de 2030, para as atividades de captação, tratamento e distribuição de água e esgotamento sanitário, enquadrada no setor de Infraestrutura, considerado prioritário para fins do desenvolvimento regional, conforme Decreto 4.213/2002.

Em 29 de dezembro de 2021, atendendo o disposto no art. 60 da Instrução Normativa SRF nº 267/2002, a Companhia submeteu à Receita Federal do Brasil (RFB) o pedido de reconhecimento do incentivo correspondente ao Laudo Constitutivo nº 227/2021. A RFB tem prazo de 120 dias contados da apresentação do requerimento à repartição fiscal competente, para decidir sobre o pedido de reconhecimento pleiteado. Expirado o prazo de 120 dias do protocolo, sem que a Companhia tenha sido notificada de decisão contrária, estará por força de Lei, automaticamente no pleno gozo do incentivo pleiteado.

O incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis apurados, com base no Lucro da Exploração, são registrados no resultado do exercício como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) (IAS 20). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é destinado à Reserva de Lucro, denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos. No ano calendário de 2021, a Companhia reconheceu, de acordo com o Laudo Constitutivo expedido pela SUDENE, o direito ao uso do incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, no valor de R\$11.657.

(iii) Retenção de lucros

A Administração propõe a retenção de lucros no montante de R\$215.273 (R\$547.512 em 2020) para futuros investimentos da Companhia, em linha com o “Programa Plurianual de Investimentos”.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se a:

- (i) Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 (R1) e IAS 19 (R1) (Nota Explicativa 20). Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor dessa conta totaliza R\$48.820 (R\$130.555 devedor em 31 de dezembro de 2020).
- (ii) Mensuração de ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes venda: corresponde ao valor justo do investimento sem influência significativa na empresa GS Inima Industrial Jeceaba S/A. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo credor desta conta totaliza R\$ 2.874 (R\$36.170 em 31 de dezembro de 2020).

(iii) Correção monetária sobre ativos 96/97, líquida de IRPJ e CSLL, de R\$ 9.512 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$9.597 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

(d) Remuneração aos acionistas

Política de Dividendos

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 07 de maio de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a revisão da Política de Dividendos da Companhia, definindo regras para a distribuição de proventos.

- Dividendos Regulares

O Conselho de Administração definirá até 31 de março de cada exercício, o percentual do Lucro Líquido Ajustado a ser distribuído, observando o mínimo estatutário de 25% e o limite de 50%.

A declaração deverá ocorrer trimestralmente e o pagamento será realizado em até 60 dias, a contar da data da declaração, a exceção dos valores referentes ao quarto trimestre, cuja definição ocorrerá na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

- Dividendos Extraordinários

Em conjunto com a divulgação das Demonstrações Financeiras Anuais (DFs) e das Informações Contábeis Intermediárias (ITR) referentes ao segundo trimestre de cada exercício, e em conformidade com a Política de Dividendos da Companhia, a administração procederá e divulgará o Cálculo do Enquadramento Regulatório, já considerando o pagamento dos Dividendos Regulares, visando avaliar se o mesmo se encontra dentro Intervalo Eficiente de Alavancagem Regulatória e caso esse índice esteja:

- a) Acima do intervalo: o Conselho de Administração definirá que o percentual de distribuição do Lucro Líquido Ajustado será o mínimo legal obrigatório.
- b) Dentro do intervalo: a remuneração aos acionistas ficará situada no intervalo entre o mínimo legal obrigatório e o limite máximo de 50%.
- c) Abaixo do intervalo: o Conselho de Administração poderá, até 03 (três) meses após a divulgação das DFs anuais ou do ITR do segundo trimestre de cada exercício, declarar Dividendos Extraordinários, que compreenderá uma remuneração adicional que seja suficiente para que o patamar inferior do referido intervalo seja alcançado. Essa declaração ocorrerá após a realização de estudos que indiquem que eventual pagamento de Dividendos Extraordinários não colocará em risco a saúde financeira, o Plano de Investimentos ou a liquidez corrente da Companhia.

Por Cálculo do Enquadramento Regulatório entende-se, para o atual ciclo regulatório, o indicador Dívida Líquida/EBITDA (Dívida Líquida da Companhia dividido pelo EBITDA acumulado dos 12 meses anteriores ao período de cálculo), que deverá alcançar o valor de 2,10x, com margem de 0,10x para cima ou para baixo.

- Revisão da Política de Dividendos

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 8 de outubro de 2021, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 30 de setembro de 2021, aprovou (i) cronograma para revisão da Política de Dividendos da Companhia; e (ii) que o estudo sobre possível pagamento de dividendos extraordinários seja apresentado após a aprovação da referida Política pela Assembleia Geral Extraordinária. Em 19 de novembro de 2021,

foi apresentado o referido estudo ao Conselho de Administração, que solicitou novas análises para posterior apreciação.

Declaração de dividendos/JCP do exercício

- Dividendos Regulares

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os dividendos mínimos obrigatórios são assim apresentados:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	537.587	816.477
Reserva legal - (5%)	(26.879)	(40.824)
Reserva de incentivos fiscais - subvenção governamental	(1.182)	(316)
Reserva de incentivos fiscais - SUDENE	(11.657)	-
Lucro disponível para distribuição	<u>497.869</u>	<u>775.337</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	<u>124.467</u>	<u>193.834</u>

Para o ano de 2021, obedecendo aos critérios da Política de Dividendos vigente, foram declarados e pagos R\$282.680, a título de Dividendos Regulares, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Referência	Evento Societário	Data do Direito	Valores	Data do Pagamento
JCP 1T21	RCA 19/03/2021	24/03/2021	64.844	18/05/2021
JCP 2T21	RCA 17/06/2021	22/06/2021	55.174	16/08/2021
JCP 3T21	RCA 21/09/2021	24/09/2021	105.282	19/11/2021
Dividendos 3T21	RCA 21/09/2021	24/09/2021	57.380	19/11/2021
Janeiro a setembro de 2021			282.680	

Em função dos eventos extraordinários e não recorrentes referentes à devolução de tarifas determinada pela Agência Reguladora, custo com o Programa de Desligamento Voluntário - PDVI e ao complemento na provisão para o processo trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024, cuja contabilização ocorreu em dezembro de 2021, os valores declarados até setembro de 2021 atingiram o limite estabelecido para o referido exercício. Dessa forma, não se aplica declaração de Juros sobre o Capital Próprio - JCP ou dividendos para o 4º trimestre de 2021.

A movimentação do saldo da conta de “dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora / Consolidado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Dividendos e JCP a pagar no início do exercício	72.270	80.719
Juros sobre o capital próprio propostos	225.300	228.027
IR retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(14.565)	(11.494)
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	(282.747)	(225.064)
Dividendos propostos	57.380	820.000
Dividendos pagos	(57.373)	(819.918)
Dividendos e JCP a pagar no final do exercício	<u>265</u>	<u>72.270</u>

- Dividendos Extraordinários

No âmbito da Política de Dividendos, foi deliberado em Assembleia Geral realizada em 19 de novembro de 2020, a distribuição de dividendos extraordinários no montante de R\$820 milhões, utilizando parte da Reserva de Retenção de Lucros existente no balanço do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Os referidos dividendos foram pagos em 10 de dezembro de 2020.

(e) Destinação dos lucros

Conforme previsto no art. 192 da Lei 6.404/76 o lucro líquido do exercício será assim destinado:

	Controladora
	31/12/2021
Reserva Legal	26.880
Reserva de incentivos fiscais - subvenção governamental	1.182
Reserva de incentivos fiscais - SUDENE	11.657
Realização da correção monetária de ativos	(85)
Remuneração aos Acionistas	282.680
Reserva de Lucros Retidos	215.273
Lucro Líquido	537.587

(f) Lucro por ação

- Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias de emissão da Companhia ao longo do exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (letra “a” desta Nota Explicativa).

	Controladora/Consolidado	
	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	537.587	816.477
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	379.181	379.181
Lucro básico por ação (em Reais)	1,42	2,15

- Diluído

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico, uma vez que não há instrumentos dilutivos.

22. Informação por Segmento de Negócios

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas, como serviços de água, serviços de esgoto e resíduos sólidos.

(i) Resultado

	Consolidado				
	Serviços de água	Serviços de esgoto	Resíduos sólidos	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2021					
Receita operacional bruta*	3.785.321	2.065.007	2.581	671.542	6.524.451
Deduções da receita bruta	(398.471)	(230.954)	(316)	-	(629.741)
Receita operacional líquida*	3.386.850	1.834.053	2.265	671.542	5.894.710
Custos, despesas com vendas e administrativas	(2.695.955)	(1.459.919)	-	(671.542)	(4.827.416)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	690.895	374.134	2.265	-	1.067.294
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas					(220.538)
Resultado financeiro, líquido					(192.307)
Lucro operacional antes dos impostos					654.449
Amortização e depreciação	255.904	340.772	-	151.975	748.651

	Consolidado				
	Serviços de água	Serviços de esgoto	Resíduos sólidos	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2020					
Receita operacional bruta ⁽ⁱ⁾	3.550.607	2.013.352	2.382	292.412	5.858.753
Deduções da receita bruta	(328.829)	(186.294)	(292)	-	(515.415)
Receita operacional líquida ⁽ⁱ⁾	3.221.778	1.827.058	2.090	292.412	5.343.338
Custos, despesas com vendas e administrativas	(2.389.491)	(1.355.071)	-	(292.412)	(4.036.974)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	832.287	471.987	2.090	-	1.306.364
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas					(26.014)
Resultado financeiro, líquido					(175.075)
Lucro operacional antes dos impostos					1.105.275
Amortização e depreciação	210.328	284.470	-	151.418	646.216

⁽ⁱ⁾ A Companhia não possui receitas inter-segmentos, possuindo apenas de clientes externos.

A depreciação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está assim alocada: R\$70.279 (R\$65.922 em 2020) em Serviços de água, R\$27.840 (R\$27.820 em 2020) em Serviços de esgoto e R\$24.252 (R\$25.734 em 2020) em Outros imobilizados descritos, totalizando R\$122.371 (R\$119.475 em 2020).

Os impactos na receita operacional bruta e nos custos, advindos da reconciliação para as Demonstrações Financeiras estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita bruta de construção referente ao ICPC 1 (R1)	671.542	292.412
Custo de construção referente ao ICPC 1 (R1)	(671.542)	(292.412)
Margem de construção	-	-

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Intangível:		
Serviços de água	1.568.591	1.664.038
Serviços de esgoto	3.539.354	3.692.654
Outros intangíveis	583.322	602.222
Total do intangível	5.691.267	5.958.914
Imobilizado:		
Serviços de água	966.461	1.033.662
Serviços de esgoto	279.287	307.078
Outros imobilizados	227.785	179.912
Total do intangível	1.473.533	1.520.652

Não há passivo alocado aos segmentos reportados.

23. Gestão de Risco Financeiro

A Gestão de Riscos Corporativos está alinhada às práticas de Governança Corporativa, bem como ao Planejamento Empresarial, que define a Declaração Estratégica da Companhia.

A Companhia utiliza-se de instrumentos de planejamento de curto, médio e longo prazos com o objetivo de avaliar a gestão dos seus riscos financeiros, e dessa forma, orientar o processo decisório, permitindo que as ações, quando necessárias, possam ser tomadas em tempo hábil. No curto prazo utiliza-se da “programação diária do Fluxo de Caixa” que abrange um período de até 90 dias; no médio prazo (360 dias) utiliza-se do orçamento empresarial; no longo prazo utiliza-se do “Demonstrativo de Resultados” que retrata os seus objetivos estratégicos para um período de até 10 anos e é composto de um demonstrativo econômico e de um demonstrativo financeiro.

23.1 Gestão de risco financeiro

A Companhia monitora seus índices de endividamento com o objetivo de avaliar os riscos das operações de créditos que possam comprometer sua liquidez.

A premissa de curto prazo da Companhia é dar previsibilidade ao seu caixa num período de 12 meses, considerando os cenários econômicos divulgados pelas instituições financeiras com as quais se relaciona.

Os principais riscos de exposição da Companhia são:

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam vários tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de *commodities* e outros riscos de preço, como risco de ações. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos e debêntures, CDBs, aplicações financeiras e Investimento na Sociedade de Propósito Específico - SPE GS Inima Industrial Jeceaba S/A, contabilizado como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As análises de sensibilidade, conforme tabelas dos itens (b) e (c) seguintes, foram elaboradas pela Companhia com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação às taxas de juros variáveis da dívida, e a proporção de instrumentos financeiros em moedas estrangeiras, todos a valores constantes. As análises excluem o impacto das alterações nas variáveis de mercado sobre o valor das obrigações de aposentadoria e pós-emprego, provisões e sobre ativos e passivos não financeiros.

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respectivos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(b) Risco de taxa de juros

Os riscos relativos à taxa de juros para a Companhia decorrem das diferentes taxas que remuneram: (i) ativos, como por exemplo, aplicações financeiras e (ii) passivos da Companhia, sobretudo os empréstimos, financiamentos e debêntures. A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros e da variação cambial, com impacto nos empréstimos e financiamentos.

A COPASA MG possuía 94,12% do total do seu endividamento em moeda nacional, cujos saldos devedores são indexados, sobretudo, à variação da TJLP, da TR, do IPCA e do CDI, e 5,88% indexados em moeda estrangeira (euro), em 31 de dezembro de 2021. As operações referentes aos empréstimos, financiamentos, debêntures e suas respectivas taxas de juros estão divulgadas abaixo:

Endividamento - Linhas de Financiamento	Início do Contrato	Taxa Contratual (Anual)	Taxa Variável (Anual)	Término do Contrato	Saldo Devedor	Saldo Devedor (incluído provisões de juros)	% Saldo Devedor Total
Em Moeda Nacional:							
Recursos FGTS ⁽¹⁾	- ⁽²⁾	7,69%	TR	16/08/2042	685.329	687.042	17,2%
Finame	28/03/2011	4,21%	-	15/01/2025	19.959	19.996	0,5%
BNDES Empréstimo	15/01/2008	6,85%	TJLP	15/05/2025	126.621	126.994	3,2%
BNDES/Debêntures - 4ª Emissão							
1ª Série	15/07/2010	6,87%	TJLP	15/07/2022	15.452	15.497	0,4%
2ª Série	15/07/2010	9,05%	IPCA	15/08/2022	52.408	54.147	1,4%
3ª Série	15/07/2010	6,87%	TJLP	15/07/2022	20.458	20.519	0,5%
Caixa/Debêntures - 5ª Emissão							
Série única	20/09/2011	9,00%	TR	01/09/2031	170.194	171.559	4,3%
BNDES/Debêntures - 8ª Emissão							
1ª Série	15/06/2015	7,19%	TJLP	15/06/2028	52.961	53.125	1,3%
2ª Série	15/06/2015	8,18%	IPCA	15/06/2028	30.041	30.154	0,8%
BNDES/Debêntures 11ª Emissão							
1ª Série	15/01/2017	7,94%	TJLP	15/01/2031	110.142	110.517	2,8%
2ª Série	15/01/2017	8,85%	IPCA	15/01/2031	59.473	59.714	1,5%
Debêntures de Mercado - 12ª Emissão							
1ª Série	08/02/2018	5,06%	IPCA	15/01/2024	192.495	196.961	4,9%
2ª Série	08/02/2018	5,27%	IPCA	15/01/2026	99.376	101.775	2,5%
Debêntures de Mercado - 13ª Emissão							
2ª Série	15/07/2018	10,07%	DI	15/07/2023	540.000	557.276	13,9%
3ª Série	15/07/2018	6,50%	IPCA	15/07/2025	81.081	83.487	2,1%
Debêntures de Mercado - 14ª Emissão							
1ª Série	15/06/2019	9,71%	DI	15/06/2024	47.121	47.330	1,2%
2ª Série	15/06/2019	4,30%	IPCA	15/06/2026	166.053	166.386	4,2%
Debêntures de Mercado - 15ª Emissão							
Série única	16/12/2020	11,06%	DI	16/12/2025	500.000	502.295	12,5%
Debêntures de Mercado - 16ª Emissão							
1ª Série	15/09/2021	5,23%	IPCA	15/09/2031	250.710	253.977	6,3%
2ª Série	15/09/2021	10,57%	DI	15/09/2026	506.193	508.621	12,7%
Total						3.767.372	

⁽¹⁾ Recursos FGTS: Caixa Econômica Federal.

⁽²⁾ Diversas datas.

Dessa forma, são realizadas análises que consideram a possibilidade de refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos, de forma a otimizar o custo de capital da Companhia.

Sensibilidade a taxas de juros

A Companhia elaborou análise de sensibilidade dos efeitos de uma possível mudança nas taxas de juros nos empréstimos, financiamentos e debêntures. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos, financiamentos e debêntures sujeitos a taxas variáveis, conforme demonstrado a seguir:

Indicadores	Exposição (i)	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
		Provável (ii)	+25%	-25%	+50%	-50%
TJLP	325.634	5,80%	7,25%	4,35%	8,70%	2,90%
Varição do Principal (R\$)		18.887	23.608	14.165	28.330	9.443
PCA	931.637	5,03%	6,29%	3,77%	7,54%	2,51%
Varição do Principal (R\$)		46.861	58.577	35.146	70.292	23.431
CDI	1.593.314	11,50%	14,37%	8,62%	17,25%	5,75%
Varição do Principal (R\$)		-	-	-	-	-
TR	855.523	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Varição do Principal (R\$)		-	-	-	-	-
TAXA FIXA (iii)	257.217	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Varição do Principal (R\$)		-	-	-	-	-
Total (R\$)	3.963.325	65.748	82.185	49.311	98.622	32.874

- (i) Principal em 31 de dezembro de 2021.
- (ii) Fontes dos índices:
 CDI (Meta Selic) e IPCA (Relatório Focus - BACEN de 31 de dezembro de 2021
 TJLP (projeção Bradesco 10/12/2021: <https://www.economiaemdia.com.br/SiteEconomiaEmDia/Projecoes/Longo-Prazo>
 INPC (Sistema de Expectativa Bacen (última projeção disponível: 01 de agosto de 2021:
<https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/?wicket:interface=:1:::>).
- (iii) Contratos sem correção monetária: KfW, BEI e FINAME. Para variação cambial, ver “Sensibilidade à taxa de câmbio” abaixo.

(c) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, às cotações do euro em relação ao Real, impactando diretamente no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. As operações e suas respectivas taxas de câmbio estão divulgadas abaixo:

Endividamento - Linhas de Financiamento	Início do Contrato	Taxa Contratual (Anual)	Taxa Variável (Anual)	Término do Contrato	Saldo Devedor	Saldo Devedor (incluído provisão de juros)	%
BEI	13/12/2019	0,03%	-	20/09/2033	63.210	63.214	1,6%
KfW	29/11/2011	2,07%	-	20/12/2023	174.048	174.155	4,3%

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são destinados a obras específicas de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário, bem como em ganhos de eficiência energética e proteção ambiental. Para as operações com o Banco KfW, banco alemão de fomento, e o Banco Europeu de Investimento, BEI, cujos os saldos devedores eram de €27,5 milhões (equivalente a R\$174,0 milhões) e €10,0 milhões (equivalente a R\$63,2 milhões), respectivamente, em 31 de dezembro de 2021, não há mecanismo de hedge contratado.

Sensibilidade à taxa de câmbio

A análise de sensibilidade, elaborada pela Companhia, é apurada pela estimativa de variação cambial do euro (€), de $\pm 25\%$ e $\pm 50\%$, no saldo devedor dos empréstimos e financiamentos. A operação de empréstimo com o Banco do Brasil, em dólares (US\$) foi liquidada em fevereiro de 2021. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da sensibilidade à taxa de câmbio, antes da tributação, é demonstrado a seguir:

Instrumento financeiro em 31/12/2021	Banco KfW	Banco BEI
	Saldo devedor (em moeda estrangeira)	€ 27.535
Saldo devedor	174.048	63.210
	Ganho/(perda)	
Cenários em relação ao saldo devedor	Banco KfW	Banco BEI
Provável (Projeção)	(9.610)	(3.490)
Queda de 25% no euro	43.512	15.803
Queda 50% no euro	87.024	31.605
Acréscimo 25% no euro	(43.512)	(15.803)
Acréscimo 50% no euro	(87.024)	(31.605)

Fonte dos índices projetados: Euro Projeção Bradesco 10 de dezembro de 2021:
<https://www.economiaemdia.com.br/SiteEconomiaEmDia/Projecoes/Longo-Prazo>

(d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos mantidos em instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

(i) Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito à capacidade de pagamento dos usuários, bem como às normas regulatórias e leis que definem regras comerciais e de cobrança. Esse tipo de risco é minimizado devido à pulverização da carteira de clientes. Eventuais perdas por redução ao valor recuperado do contas a receber

estão adequadamente cobertas por provisão. O detalhamento do reconhecimento da perda esperada de crédito com clientes está detalhada na Nota Explicativa 3.4.2(a).

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito é decorrente da possibilidade da Companhia incorrer em perdas dos depósitos mantidos em instituições financeiras. Para mitigá-lo, foi instituída a política de aplicações financeiras da Companhia, estabelecendo alçadas e critérios para definição das instituições financeiras com as quais a Companhia irá trabalhar.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às últimas classificações de crédito disponíveis ou às informações históricas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e cauções (agências de risco, Fitch e S&P)				
AAA	461.937	296.399	462.022	296.399
AA	478.667	481.967	478.706	481.967
A	247.274	168.693	265.625	187.446
BBB	204.870	88.542	216.381	88.542
Total	1.392.748	1.035.601	1.422.734	1.054.354
Certificados de depósitos bancários de curto prazo (Nota Explicativa 06 (a))	1.249.680	759.912	1.279.665	778.665
Aplicação financeira vinculada (Nota Explicativa 08)	77.228	75.715	77.228	75.715
Cauções em garantias de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota Explicativa 08)	65.853	199.974	65.853	199.974

(e) Risco de liquidez

O risco de liquidez para a Companhia advém da dinâmica do seu fluxo de caixa, que é fortemente impactado pela sua receita, pelos investimentos e pelo serviço da dívida. No entanto, a COPASA MG acompanha o risco de escassez de recursos por meio da gestão prudente do fluxo de caixa, assegurando os recursos suficientes para cobrir grande parte dos compromissos financeiros de curto prazo e para assegurar o programa de investimentos da Companhia.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Além disso, a Companhia desenvolve a projeção de fluxos de caixa, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e o acompanhamento das questões macroeconômicas e de mercado que suscitem renegociações de preços que alterem significativamente o fluxo de caixa.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela correspondem aos fluxos de caixa não descontados contratados.

	Faixas de vencimento			
	Até 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos
Em 31 de dezembro de 2021				
Amortização	762.945	1.521.871	822.537	855.972
Juros	290.236	396.554	190.674	272.943
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.053.181	1.918.425	1.013.211	1.128.915
PPP do Rio Manso ⁽¹⁾	52.331	53.090	73.846	81.719
Arrendamento Mercantil	26.308	35.976	13.355	-
Fornecedores	287.977	-	-	-

⁽¹⁾ Os valores incluem também a despesa financeira referente ao fluxo de desembolsos futuros da PPP do Manso, atualizados de acordo com o índice definido contratualmente e apurado para o mês de abril, data prevista para os reajustes.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir apresenta as garantias de recebíveis dadas pela Companhia nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, além da PPP do Rio Manso. Cabe ressaltar que tais contratos dispõem ainda de caução em garantia de financiamentos (Nota Explicativa 08).

Receitas Vinculadas em 31 de dezembro de 2021				
	Instituição Financeira/Contrato	Garantia (receita vinculada)	Valor	Término do Contrato
Caixa Econômica Federal	CAIXA - Financiamentos 2007/2008	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos 2007 e 2008.	R\$5.646	setembro-31
	CAIXA - PAC 2009	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$1.993	novembro-32
	5ª Emissão de Debêntures (R\$288 Milhões)	Vinculação de receita equivalente a no mínimo 4,5% do saldo devedor das debêntures no último dia útil de cada ano.	R\$8.670	setembro-31
	CAIXA - Financiamentos 2011 (INs 33, 25 e 24)	Vinculação da receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$4.229	junho-35
	CAIXA - Financiamentos 2012 (IN 24)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$553	maio-36
	CAIXA - Financiamentos 2013 (IN 27)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$3.783	outubro-37
	CAIXA - Financiamentos 2014 (IN 02)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$2.578	fevereiro-38
	CAIXA - Financiamentos 2015 (IN 02)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$1.543	março-39
	CAIXA - Financiamentos 2017 (IN 29)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$1.460	agosto-41
	Financiamentos (PAC 2007 - R\$48 milhões)/ (PAC 2008 - R\$578 milhões)	Vinculação da receita de R\$26 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA desde mai/2008.	R\$53.079	junho-23
	Financiamentos BNDES (R\$181 milhões)	Vinculação da receita de R\$7,0 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde abr/2010.	R\$12.898	maio-25
	4ª Emissão de Debêntures (R\$740 milhões)	Vinculação da receita de R\$32,0 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde jul/2010.	R\$59.356	agosto-22
	8ª Emissão de Debêntures (R\$140 milhões)	Vinculação da receita de R\$16,9 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde set/2015.	R\$22.739	junho-28
	11ª Emissão de Debêntures (R\$226 milhões)	Vinculação da receita de R\$5,5 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde abril/2017.	R\$5.500	janeiro-31
Banco KfW	€ 100 milhões	Vinculação de receita equivalente a 1 (uma) vez o serviço da dívida mensal do contrato.	R\$37.465	dezembro-23
BRK Ambiental	PPP do Rio Manso	1/12 do valor anual da parcela integrante da Contraprestação referente a cada ano de vigência.	R\$10.435	dezembro-28
Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil	Finame CEF e BB	Vinculação de 130% da PMT dos contratos.	R\$1.466	janeiro-25
Total de Receita Vinculada			R\$233.393	

23.2 Gestão de risco de capital

A Companhia administra a estrutura do capital de acordo com a sua Política de Endividamento, que estabelece, estatutariamente, que as exigibilidades totais da Companhia sejam iguais ou inferiores ao Patrimônio Líquido. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo EBITDA, e de acordo com o Estatuto da Companhia deve ser inferior a 3,0, podendo chegar a 4,0, por motivos conjunturais mediante justificativa e específica aprovação do Conselho de Administração. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos, financiamentos, debêntures e outras dívidas onerosas de curto e longo prazo subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, e o EBITDA é o lucro antes de juros,

impostos, depreciações e amortização. O índice de capital de terceiros é apurado dividindo o Exigível Total pelo Patrimônio Líquido e deve ser inferior a 1,0.

Outro fator mitigador de riscos é a Política de Dividendos da Companhia cujas regras para a distribuição de proventos se baseiam na alavancagem observada. Caso esta esteja acima do intervalo considerado ideal, o Conselho de Administração definirá que o percentual de distribuição do Lucro Líquido Ajustado será o mínimo legal obrigatório.

23.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos considerando seus prazos de vencimento. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

(a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo

Refere-se ao saldo de investimento na empresa GS Inima Industrial Jeceaba S/A (antiga BRK Ambiental – Jeceaba S/A), mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A tabela abaixo apresenta os ativos mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	Controladora / Consolidado	
	Ativo	
	31/12/2021	31/12/2020
Investimento GS Inima Industrial Jeceaba S/A	26.153	76.603

A Companhia, desde 11 de janeiro de 2011, tem participação acionária de 15,5% na empresa GS Inima Industrial Jeceaba S/A, no valor de R\$26.153 posicionados em 31 de dezembro de 2021. Os outros 84,5% são de participação da GS Inima Industrial. O investimento consiste em uma Sociedade de Propósito Específico – SPE com o objetivo de execução de projeto, implementação, operação e manutenção dos sistemas de água industrial e efluentes, gerenciamento de resíduos e coprodutos, e infraestrutura de energia elétrica da usina siderúrgica de propriedade da Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil – VSB, localizada no município de Jeceaba/MG.

O término da referida Sociedade (SPE) foi previsto para janeiro de 2026, no entanto, a empresa Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil – VSB, em setembro de 2021, exerceu seu direito contratual de compra dos ativos da GS Inima Industrial Jeceaba S/A (resilição imotivada), no valor de R\$448.255.

Assim, a empresa GS Inima Industrial Jeceaba S/A encerrou suas operações e o valor do investimento, em dezembro de 2021, foi ajustado considerando a expectativa de fluxo de caixa futuro. A COPASA MG estuda sua retirada da sociedade e fará o devido reconhecimento em suas demonstrações financeiras quando do efetivo recebimento de sua participação acionária, respeitadas as regras contábeis.

No período de 2011 a 2021 a Companhia recebeu R\$120.689 a título de dividendos e juros sobre o capital próprio, sendo R\$52.614 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$14.124 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

(b) Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures

Os valores contábeis em comparação com seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

	Controladora / Consolidado			
	Contábil	Justo	Contábil	Justo
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos	1.068.394	1.040.412	1.273.997	1.245.015
Debêntures simples	2.916.950	2.900.441	2.507.144	2.486.913
Total	3.985.344	3.940.853	3.781.141	3.731.928

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Controladora / Consolidado				
Linhas	Taxa contratual	Período meses	Taxa de mercado	Observações
Caixa/FGTS	7,69%	168	8,50%	Cotação da taxa da CEF em dezembro de 2021
BNDES Finem	6,85%	29	8,26%	Cotação da taxa do BNDES/Empréstimo em dezembro de 2021
FINAME	4,21%	37	16,64%	Cotação da taxa FINAME em dezembro de 2021
Debêntures simples	8,67%	56	9,32%	Cotação taxas Debêntures BNDES e Mercado em dezembro de 2021
KfW	2,07%	151	1,66%	Cotação taxa do KfW em dezembro de 2021
BEI	0,03%	143	0,55%	Cotação taxa do BEI em dezembro de 2021

24. Instrumentos Financeiros por Categoria

(a) Ativo

	31/12/2021			31/12/2020		
	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes	Total	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes	Total
Controladora:						
Caixa e equivalentes de caixa	1.279.469	-	1.279.469	786.377	-	786.377
Contas a receber de clientes	1.026.364	-	1.026.364	1.034.710	-	1.034.710
Bancos e aplicações de convênios	3.273	-	3.273	24.452	-	24.452
Aplicações financeiras vinculada	77.228	-	77.228	75.715	-	75.715
Ativos financeiros de concessões	733.328	-	733.328	685.561	-	685.561
Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ⁽¹⁾	-	26.153	26.153	-	76.603	76.603
Crédito com Controladas	-	-	-	2.125	-	2.125
Demais contas a receber	144.679	-	144.679	284.143	-	284.143
Total	3.264.341	26.153	3.290.494	2.893.083	76.603	2.969.686
Consolidado:						
Caixa e equivalentes de caixa	1.309.721	-	1.309.721	805.619	-	805.619
Contas a receber de clientes	1.037.548	-	1.037.548	1.045.441	-	1.045.441
Bancos e aplicações de convênios	3.320	-	3.320	24.500	-	24.500
Aplicações financeiras vinculada	77.228	-	77.228	75.715	-	75.715
Ativos financeiros de concessões	752.253	-	752.253	709.052	-	709.052
Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ⁽¹⁾	-	26.153	26.153	-	76.603	76.603
Demais contas a receber	140.897	-	140.897	281.533	-	281.533
Total	3.320.967	26.153	3.347.120	2.941.860	76.603	3.018.463

⁽¹⁾ Excluindo pagamentos antecipados.

(b) Passivo

	31/12/2021		31/12/2020	
	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total
Controladora:				
Empréstimos e financiamentos e debêntures	3.985.344	3.985.344	3.781.141	3.781.141
Fornecedores	287.977	287.977	206.177	206.177
Arrendamento Mercantil	75.639	75.639	64.135	64.135
Parceria Público Privada	260.985	260.985	306.226	306.226
Total	4.609.945	4.609.945	4.357.679	4.357.679
Consolidado:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.985.344	3.985.344	3.781.141	3.781.141
Fornecedores	307.967	307.967	213.289	213.289
Arrendamento Mercantil	75.642	75.642	64.138	64.138
Parceria Público Privada	260.985	260.985	306.226	306.226
Total	4.629.938	4.629.938	4.364.794	4.364.794

25. Transações com Partes Relacionadas

(a) Ativo, passivo e resultado

A Companhia reconhece como parte relacionada, além das relações de negócios mantidas com a sua Subsidiária Integral COPANOR, o Copass Saúde e a Fundação Libertas de Seguridade Social, bem como as transações financeiras mantidas com o pessoal-chave da Administração, com o seu Acionista majoritário e com as Empresas ou Órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas Empresas ou Órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

Os saldos e operações com as consideradas partes relacionadas são como segue:

	Controladora			
	31/12/2021			
	Subsidiária COPANOR	ESTADO MG	COPASS	LIBERTAS
Ativo				
Circulante				
Contas a receber de clientes:				
Valores faturados	-	20.232	1	14
Valores a faturar	-	10.248	1	7
Convênios	-	(272)	-	-
Adiantamento e outros:				
Créditos com controlada	4.067	-	-	-
Total do ativo	4.067	30.208	2	21
Passivo				
Circulante				
Convênios	-	521	-	-
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	16.614
Programa de saúde	-	-	10.479	-
Não circulante				
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	112.764
Total do passivo	-	521	10.479	129.378
Resultado				
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	122.306	6	158
Programa de seguridade	-	-	-	(55.155)
Programa de saúde	-	-	(103.747)	-

	Controladora			
	31/12/2020			
	Subsidiária COPANOR	Outras		
ESTADO MG		COPASS	LIBERTAS	
Ativo				
Circulante				
Contas a receber de clientes:				
Valores faturados	-	16.127	1	14
Valores a faturar	-	8.216	1	7
Convênios	-	243	-	-
Adiantamento e outros:				
Créditos com controlada	2.815	-	-	-
Total do ativo	2.815	24.586	2	21
Passivo				
Circulante				
Convênios	-	505	-	-
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	21.998
Programa de saúde	-	-	10.426	-
Não circulante				
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	223.892
Total do passivo	-	505	10.426	245.890
Resultado				
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	134.124	6	155
Programa de seguridade	-	-	-	(51.918)
Programa de saúde	-	-	(81.614)	-

Os saldos e operações com partes relacionadas são realizados a preços e condições acordados entre as partes.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

	2021	2020
Remuneração	6.017	4.413
Benefícios:		
Alimentação	75	74
Saúde	92	85
Benefício pós-emprego	281	195
Total	6.465	4.767

25.1 Natureza das operações com partes relacionadas

• Estado de Minas Gerais

(a) Prestação de serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário para o Estado e demais sociedades a ele relacionadas

Na prestação desses serviços são aplicadas as tarifas definidas pela ARSAE-MG.

(b) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

A Companhia destinou ao Estado de Minas Gerais no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$113.055 referente a Juros sobre Capital Próprio (JCP) e R\$ 28.794 de dividendos (R\$114.423 acrescidos de dividendos extraordinários no montante de R\$411.475 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

(c) Garantia em contratos da Companhia com a União

Os contratos abaixo relacionados descrevem garantias prestadas pelo Estado de Minas Gerais em contratos envolvendo a Companhia e a União:

Por meio do Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida, de 05 de agosto de 1998, firmado entre a União, o Estado de Minas Gerais e a COPASA MG, o Estado cedeu como garantia de pagamento da dívida da Companhia, ora confessada, junto ao Banco *BNY*, seus créditos sobre Impostos previstos nos artigos 155, 157 e 159 da Constituição da República Federativa do Brasil, nos termos previstos na cláusula V do referido contrato, ou seja, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 5 de fevereiro de 2021 o contrato foi liquidado, logo em 31 de dezembro de 2021 o saldo devedor desse Contrato é de zero (R\$131.568 em 31 de dezembro de 2020).

Por meio do Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito em Contragarantia, de 29 de novembro de 2011, firmado entre a União, o Estado de Minas Gerais e a COPASA MG, o Estado cedeu como contragarantia à União, em caso de inadimplência da Companhia perante o Banco KfW, seus créditos sobre impostos previstos nos artigos 155, 157 e 159 da Constituição da República Federativa do Brasil, nos termos previstos na cláusula III do referido Contrato, ou seja, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo em aberto desse contrato é de R\$174.155 (R\$212.748 em 31 de dezembro de 2020).

(d) Convênios de cooperação técnica

Trata-se de convênios firmados entre a Companhia e o Estado de Minas Gerais, nos quais este último repassa recursos oriundos do Orçamento Geral da União, a fundo perdido, ou seja, sem custos financeiros e sem necessidade de garantias. A contrapartida exigida é a execução de obras de infraestrutura nos prazos de vigência dos convênios.

(e) Contratos de prestação de serviços com a PRODEMGE

A Companhia possui contratos firmados com a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE, cujo acionista controlador é o EMG, para a prestação de serviços de Integração à Rede IP Multisserviços com suporte a transmissão de dados voz e vídeo com qualidade de serviço, baseada na tecnologia IP - *Internet Protocol*, pela qual é possível o compartilhamento de serviços de tecnologia de informação e infraestrutura de telecomunicações, bem como fornecimento de certificado digital de assinatura para pessoa física ou jurídica no padrão ICP Brasil. Possibilita, ainda, o fornecimento de certificado de Servidor Web/Sítio Multi-domínio - Hierarquia Internacional.

- **COPANOR**

Referem-se aos gastos com os empregados cedidos pela Controladora.

- **Fundação Libertas**

Contribuição pela Patrocinadora referente aos empregados participantes de um dos três planos de Previdência Complementar: benefício definido, benefício de fundo saldado e de contribuição definida, administrados pela Fundação Libertas (Nota Explicativa 20).

A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

As taxas de administração e demais preços foram definidos pelo corpo administrativo da entidade de maneira colegiada, contando com a participação dos assistidos, constituindo, portanto, condições comutativas adequadas.

(i) Acordo de Cooperação para cessão de pessoal

Em 2019 foi celebrado acordo de cooperação visando a cessão de 01 empregado do quadro da Companhia para exercer o cargo de diretor administrativo junto à Diretoria Executiva da Fundação Libertas, cujos gastos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$291 que será integralmente reembolsado (R\$393 em 31 de dezembro de 2020).

• **COPASS Saúde**

Contribuição pela patrocinadora no plano de saúde e odontológico dos empregados.

A transação observa condições comutativas adequadas, pois o plano é cadastrado junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e regulado por aquela Agência, devendo cumprir as mesmas normas às quais demais planos de saúde e odontológicos corporativos devem se sujeitar.

(i) Acordo de Cooperação para cessão de pessoal

A Companhia, por intermédio de acordos de cooperação celebrados em 28 de dezembro de 2020 e 11 de janeiro de 2021 realiza a cessão de 02 empregados para exercerem, respectivamente, os cargos de Superintendente Executivo e Gerente Administrativo e Financeiro junto à Copass Saúde. Os gastos para a COPASA MG referente a esta cessão, no exercício de 2021 foram de R\$1.304.

26. Compromissos

A Companhia possui contratos para construção de novos empreendimentos, em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Os principais valores compromissados com empreiteiros e fornecedores em aberto, em 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados a seguir:

	Valor	Prazo médio contratado em meses
Obrigações dos 10 maiores contratos – Investimentos em obras e crescimento vegetativo em diversas concessões sendo este o valor esperado de desembolso	354.896	20
Obrigações Contratuais – Contratos de Leasing fora do escopo do IFRS 16, sendo este o valor esperado de desembolso	7.858	06

27. Seguros

A Companhia e sua Subsidiária contrataram apólice de seguro de responsabilidade civil de conselheiros, diretores e/ou administradores de sociedades comerciais, com abrangência no território nacional, para os membros dos Conselhos e da Diretoria Executiva, referente a eventuais acordos judiciais e extrajudiciais, sentenças proferidas por tribunais arbitrais, condenações judiciais transitadas em julgado, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, durante o andamento dos processos, fundados em responsabilidade civil por atos de gestão praticados pelas referidas pessoas no exercício de suas funções.

Em 03 de agosto de 2021, a Companhia contratou seguro para a cobertura para danos causados em suas edificações ou instalações, nos locais denominados Regional, Cercadinho, Mutuca e Barreiro.

28. Transações que não Envolvem Caixa ou Equivalentes de Caixa

Durante os exercícios de 2021 e 2020, a Companhia e sua subsidiária realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Juros capitalizados (Nota Explicativa 10)	43.913	38.294

29. Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita bruta de prestação de serviço de água	3.697.410	3.519.716	3.732.258	3.550.607
Receita bruta de prestação de serviço de esgoto	2.010.268	2.004.740	2.021.020	2.013.352
Resíduos sólidos	2.581	2.382	2.581	2.382
Receita de construção	648.408	273.866	671.542	292.412
Total receita bruta	6.358.667	5.800.704	6.427.401	5.858.753
Tributos sobre vendas	(528.473)	(511.761)	(532.691)	(515.415)
Receita líquida	5.830.194	5.288.943	5.894.710	5.343.338
Detalhamento da Receita líquida:				
Receita direta de água	3.276.054	3.119.029	3.306.865	3.146.331
Receita direta de esgoto	1.815.534	1.806.362	1.825.291	1.814.176
Resíduos sólidos	2.265	2.090	2.265	2.090
Total receita direta	5.093.853	4.927.481	5.134.421	4.962.597
Receita indireta de água	79.171	74.715	79.985	75.447
Receita indireta de esgoto	8.762	12.881	8.762	12.882
Total receita indireta	87.933	87.596	88.747	88.329
Receita de construção	648.408	273.866	671.542	292.412
Total da receita líquida	5.830.194	5.288.943	5.894.710	5.343.338

30. Custos e Despesas por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custos operacionais				
Pessoal	873.523	749.714	887.934	764.746
Obrigações previdenciárias	165.181	155.985	168.394	159.020
Custos de construção	648.408	273.866	671.542	292.412
Materiais gerais	98.391	80.231	101.744	83.574
Materiais de tratamento	82.308	90.070	84.079	91.844
Serviços de terceiros	428.413	404.892	431.870	407.594
Energia elétrica	554.521	447.472	566.533	457.254
Despesas gerais	191.518	149.226	192.425	149.953
Depreciação e amortização	692.599	582.835	699.762	587.227
(-) Créditos tributários	(57.484)	(53.384)	(58.792)	(54.391)
	3.677.378	2.880.907	3.745.491	2.939.233

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas com vendas				
Pessoal	164.715	163.272	164.987	163.541
Obrigações previdenciárias	27.662	29.645	27.719	29.697
Materiais gerais	4.830	4.326	4.843	4.331
Materiais de tratamento	43	11	43	11
Serviços de terceiros	20.655	16.227	22.061	16.798
Energia elétrica	2.361	2.017	2.361	2.017
Despesas gerais	1.293	1.464	1.300	1.466
Depreciação e amortização	6.654	5.968	6.656	5.971
	228.213	222.930	229.970	223.832
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	221.416	369.880	226.153	374.482
Despesas administrativas				
Pessoal	362.294	270.561	363.190	271.345
Obrigações previdenciárias	51.004	44.295	51.092	44.444
Materiais gerais	4.875	3.729	4.915	3.850
Materiais de tratamento	70	69	70	68
Serviços de terceiros	125.261	82.662	127.306	84.747
Energia elétrica	3.482	2.799	3.716	2.940
Despesas gerais	31.481	37.499	31.662	37.630
Depreciação e amortização	42.203	52.988	42.234	53.018
Provisão para perdas de materiais obsoletos	1.544	870	1.617	1.385
	622.214	495.472	625.802	499.427
Custos e despesas				
Pessoal (Nota 31)	1.400.532	1.183.547	1.416.111	1.199.632
Obrigações previdenciárias (Nota 31)	243.847	229.925	247.205	233.161
Custos de construção	648.408	273.866	671.542	292.412
Materiais gerais	108.096	88.286	111.502	91.755
Materiais de tratamento	82.421	90.150	84.192	91.923
Serviços de terceiros	574.329	503.781	581.237	509.139
Energia elétrica	560.364	452.288	572.610	462.211
Despesas gerais	224.292	188.189	225.387	189.049
Depreciação e amortização	741.456	641.791	748.652	646.216
(-) Créditos tributários	(57.484)	(53.384)	(58.792)	(54.391)
Provisão para perdas de materiais obsoletos	1.544	870	1.617	1.385
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	221.416	369.880	226.153	374.482
Total	4.749.221	3.969.189	4.827.416	4.036.974
Detalhamento dos custos de construção:				
Salários e encargos	43.697	39.207	43.697	39.207
Materiais	69.949	37.881	71.375	39.372
Equipamentos	16.072	13.531	24.810	13.647
Serviços de terceiros	479.846	139.620	492.816	156.559
Custos de financiamentos	38.134	37.686	38.134	37.686
Outros	710	5.941	710	5.941
Total dos custos de construção	648.408	273.866	671.542	292.412

31. Gastos com Pessoal

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Salários	784.873	738.892	796.412	750.381
PDVI	152.171	-	152.171	-
Custos previdenciários	243.847	229.925	247.205	233.161
FGTS	65.142	62.228	65.974	63.034
Contribuição para plano de pensão	55.155	51.918	55.155	51.918
Programa de alimentação	184.337	178.650	186.678	181.530
Programa de saúde	103.747	81.614	104.452	82.258
Participação dos empregados nos lucros	33.295	52.025	33.295	52.025
Outros benefícios	21.812	18.220	21.974	18.486
Total (Nota 30)	1.644.379	1.413.472	1.663.316	1.432.793
Pessoal (Nota 30)	1.400.532	1.183.547	1.416.111	1.199.632
Obrigações previdenciárias (Nota 30)	243.847	229.925	247.205	233.161

32. Outras Receitas e Despesas Operacionais

As outras receitas operacionais auferidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Reversão de provisão não dedutível	33.650	103.076	34.097	103.227
Recuperação de contas baixadas	64.628	53.010	65.854	53.513
Ressarcimento programa de saúde	119	1.302	119	1.302
Alienação bens imobilizados	5.006	2.782	5.006	2.782
Outras receitas	73.977	11.171	74.109	17.009
Total outras receitas operacionais	177.380	171.341	179.185	177.833

As outras despesas operacionais da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Indenizações e pagamentos de demandas judiciais	115.142	61.258	115.515	61.622
Taxa da ARSAE	42.949	39.408	43.725	40.100
Provisões para demandas judiciais (Nota Explicativa 17)	172.103	40.172	172.676	40.337
Despesas com preservação ambiental	26.184	22.052	26.184	22.052
Doações	-	5.291	-	5.291
Impostos e tributos	8.382	7.486	9.551	7.610
Passivo atuarial	12.713	6.664	12.713	6.664
Outras	19.158	14.929	19.359	20.171
Total outras despesas operacionais	396.631	197.260	399.723	203.847

33. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas (despesas) financeiras podem ser assim sumariadas:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Juros ativos	46.507	43.270	47.128	43.751
Rendimentos com aplicações financeiras	47.839	23.212	49.279	23.572
Receita de variação monetária e cambial	42.416	30.693	42.459	30.769
Receita de ativos financeiros/outros	157.890	54.535	158.283	54.746
Tributos sobre receita financeira	(9.485)	(5.748)	(9.596)	(5.801)
Total de receita	285.167	145.962	287.553	147.037
Encargos sobre financiamentos e provisões judiciais ⁽¹⁾	(306.599)	(156.084)	(306.600)	(156.140)
Despesa de variação monetária e cambial ⁽²⁾	(172.330)	(165.507)	(172.330)	(165.507)
Outras despesas	(820)	(344)	(930)	(465)
Total de despesa	(479.749)	(321.935)	(479.860)	(322.112)
Resultado financeiro	(194.582)	(175.973)	(192.307)	(175.075)

⁽¹⁾ Incluídos encargos sobre financiamento da Libertas no valor de R\$122 em 31 de dezembro de 2021 (R\$969 em 31 de dezembro de 2020). Além disso, também estão incluídos juros sobre processos judiciais no valor de R\$ 101.870.

⁽²⁾ Incluídas despesas de variação monetária da Libertas no valor de R\$200 em 31 de dezembro de 2021 (R\$695 em 31 de dezembro de 2020). Além disso, também está incluída variação monetária sobre processos judiciais trabalhistas, conforme Nota Explicativa 17 (a) ii.

34. Dados Operacionais e Financeiros das Atividades Relacionadas à Consecução dos Fins de Interesse Coletivo

Em atendimento ao disposto no inciso VI do art. 8º da Lei Federal nº 13.303/16 e no inciso VI do art. 13 do Decreto Estadual nº 47.154/17, a COPASA MG comunica que os dados operacionais e financeiros das atividades relacionadas à consecução dos fins de interesse coletivo estão no Relatório da Administração.

35. Revisão Tarifária

Em junho de 2021, por intermédio da Resolução ARSAE-MG154/2021, de 28 de junho de 2021, a ARSAE-MG autorizou a Companhia a aplicar novas tarifas, aos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário prestados, a partir de 01 de agosto de 2021.

O efeito tarifário médio, aplicado sobre as tarifas vigentes é de -1,52% (um inteiro e cinquenta e dois centésimos por cento negativos), por considerar também compensações relativas ao exercício anterior e outros componentes financeiros.

A ARSAE MG estabeleceu ainda a cobrança pelo serviço de esgotamento sanitário sem qualquer diferenciação tarifária em razão da existência ou não de tratamento de esgoto coletado para cada usuário.

36. Eventos subsequentes

1) Chuvas no Estado de Minas Gerais no início de 2022.

a) Medidas em auxílio às vítimas atingidas

A Companhia, no dia 19 de janeiro de 2022, divulgou Fato Relevante, comunicando aos acionistas e ao público em geral que foram adotadas, pela COPASA MG e por sua subsidiária COPANOR, medidas de auxílio às vítimas atingidas pelas recentes chuvas no Estado de Minas Gerais, mediante autorização da Agência Reguladora, com posterior compensação tarifária.

As condições variam de acordo com a situação de cada imóvel e encontram-se sumarizadas abaixo:

- Imóveis que desabaram e/ou que foram condenados, pertencentes a todas as categorias: haverá o tamponamento e posterior religação, ambos sem custo. Haverá também, isenção total da fatura referente a janeiro de 2022.
- Imóveis interditados temporariamente, pertencentes à categoria Residencial Social: haverá isenção total da fatura referente a janeiro de 2022, e para a fatura referente a fevereiro de 2022 o cliente poderá solicitar parcelamento, em até 12 vezes, com desconto de 50% dos juros.
- Imóveis atingidos, mas que continuam em condições de uso/moradia, pertencentes à categoria Residencial Social: haverá isenção total da fatura referentes a janeiro de 2022.
- Imóveis atingidos, mas que continuam em condições de uso, pertencentes à categoria Comercial: haverá isenção do faturamento do volume até 10 m³ de água da fatura referente a janeiro de 2022. Caso o cliente tenha parcelamento vigente, haverá suspensão do pagamento por 2 (dois) meses, sem cobrança de juros ou encargos, retomando a cobrança em março de 2022.

A Companhia apurou que as medidas estabelecidas beneficiaram aproximadamente 27 mil famílias atendidas pela COPASA MG e COPANOR e representaram um valor total de R\$ 4 milhões em janeiro e fevereiro de 2022 a serem, oportunamente, compensadas nas tarifas.

b) Medidas de recuperação das estruturas físicas

Com relação ao ativo fixo, a Companhia estima gastos de aproximadamente R\$ 14 milhões para realização de medidas emergenciais e operacionais para recuperação das estruturas danificadas.

2) Obtenção de *Waiver* referente às quebras de *Covenants*

Em dezembro de 2021, em função das recentes decisões em relação ao Processo Trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024, ajuizado em 2008 pelo principal sindicato dos empregados da Companhia, referente à rescisão de contratos de trabalho em virtude da aplicação de extinta política de desligamentos, a COPASA MG entendeu por rever o valor do provisionamento, tendo aumentado a provisão para esse processo em cerca de R\$217.356 em 31 de dezembro de 2021 (ver Nota Explicativa 17 a.ii).

As debêntures da 12^a, 13^a, 14^a, 15^a e 16^a emissões preveem que constitui um Evento de Inadimplemento que pode acarretar o vencimento antecipado das obrigações delas decorrentes a decisão desfavorável de 2º (segundo) grau em processos judiciais cujo valor seja superior aos indicados na Nota Explicativa 17 a.ii).

Para obtenção da renúncia dos credores aos respectivos direitos contratuais, em dezembro de 2021 foi iniciado o processo de pedido de *waiver* junto aos agentes financeiros, apresentando propostas de equacionamento, de modo que a Companhia pudesse seguir implementando seu plano de investimentos, o desenvolvimento empresarial e operacional, bem como o pleno cumprimento dos compromissos dos próximos anos.

Em 10 de março de 2022, os titulares das debêntures da 13^a, 14^a, 15^a e 16^a emissões da COPASA MG e em 21 de março de 2022, os titulares das debêntures da 12^a emissão, aprovaram a concessão de renúncia e perdão para a não observância dos *covenants* não financeiros em 2021, com a observação das condições resolutivas, mediante o pagamento de prêmio (*waiver fee*) aos debenturistas de 0,10% ao ano, sobre o saldo devedor, calculado na data de pagamento.

3) Aprovação do Acordo Coletivo

Em fevereiro de 2022, foram concluídas as negociações com os Sindicatos sobre o Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2019/2022, incluindo a ação judicial de cumprimento da Participação dos Empregados nos Lucros - PL do ano de 2019. O valor referente a esse acordo vem sendo provisionado, considerando as propostas e expectativas da Companhia, perfazendo, em 31 de dezembro de 2021 o saldo de R\$178.835 (Ver Nota Explicativa 15). Foi acordado também a alteração da “data base” de maio para novembro, gerando, além dos valores já provisionados, a correção dos salários e dos vales alimentação e refeição, a partir de 01 de novembro de 2021, no percentual de 5,00%, contabilizados no 1º trimestre de 2022.